

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**ÁGUA, CULTURA E CRISE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO CONTEMPORÂNEO  
SOBRE RECURSOS HÍDRICOS**

**PAULO HENRIQUE OLIVEIRA PORTO DE AMORIM**

**ORIENTADORA: PROF. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY**

**PORTO ALEGRE, FEVEREIRO DE 2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ÁGUA, CULTURA E CRISE: UMA ANÁLISE DO DISCURSO CONTEMPORÂNEO  
SOBRE RECURSOS HÍDRICOS**

**PAULO HENRIQUE OLIVEIRA PORTO DE AMORIM**

**ORIENTADORA: PROF. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY**

**Banca Examinadora:**

**Prof. Álvaro Heidrich (PPG em Geografia/UFRGS)**

**Prof. Nelson Rego (PPG em Geografia/UFRGS)**

**Prof. Vanderli Custódio (PPG em Geografia Humana/USP)**

**Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Geografia como requisito para  
obtenção do título de Mestre em  
Geografia.**

**PORTO ALEGRE, FEVEREIRO DE 2011**

Amorim, Paulo Henrique Oliveira Porto de

Água, cultura e crise: análise do discurso contemporâneo sobre recursos hídricos. / Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim. - Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2011.

[106 f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2011.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dirce Maria Antunes Suertegaray.

1. Água. 2. Discurso. 3. Cultura. I. Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca Geociências - UFRGS  
Miriam Alves CRB 10/1947

Este trabalho contou com apoio da CAPES e da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Dedicado aos meus pais, que me mostraram desde cedo com cisternas, bombas elétricas e caixas d'água que a guerra da água é parte do cotidiano da classe trabalhadora há muito tempo.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um gesto de complexidade singular. A simplicidade da ação contrasta com a inigualável responsabilidade de valorizar devidamente companheiros de jornada sem lhes imputar o peso dos erros cometidos. Os versos de Fernando Pessoa aqui ilustram o drama inevitável de externar gratidão sem parecer injusto ou exagerado.

A vida longa desse projeto torna a tarefa ainda mais complicada por amplificar o risco de esquecimentos, mas oferece uma trilha para começar. É para a Professora Dirce Suertegaray que primeiramente dirigimos nossos agradecimentos. Obrigado por aceitar a ideia desse trabalho, pela convivência e pela esperança de que chegaríamos ao fim do trabalho.

O aprendizado obtido na Pós-Graduação em Geografia da UFRGS é também fruto da rica convivência com colegas da graduação e da pós-graduação, sobretudo os do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente. Agradeço especialmente aos Professores Álvaro Heidrich, Nelson Rego, Paulo Roberto Soares e Vanda Ueda (*in memoriam*) pela acolhida calorosa em meio ao gelado outono de 2007 (ao Nelson também pela grande atenção, pela convivência na AGB e por ser um vizinho extremamente cordial); ao Dilermando, Grazi, Gérson, Pedro, Karol, Tiago, Pablo e tantos outros pelo convívio saudável.

Impossível deixar de fazer menção especial a três pessoas: Ana, Evelin e Renata. Renata simplesmente abriu as portas da sua casa para mim, viabilizando minha chegada a Porto Alegre. Evelin sempre companheira e capaz de se indignar sem perder a ternura diante da eterna bagunça do NEGA. E a querida Ana, a pessoa mais querida do mundo, com quem compartilhei angústias e gargalhadas da minha vida porto-alegrense.

Falar na vida no Sul é também lembrar das amizades do Alex, do Judeci do Felipe e da Raquel (que também me abrigaram, mas em Santa Catarina), dos meus colegas da CEUPA, do Xama, do CEFET-RS e do IF-SC. Gente que enriqueceu meu cotidiano com seus “bah!”, “tchê”, com chimarrão, churrasco, ceva... e com a infinita proliferação de grenais por todos os momentos do dia.

Mas o deslocamento para o Sul foi também um teste de resistência aos meus amigos. Felipe e Marcelle; Mendel (grande mestre), Danee e toda a família LAMAG;

meus colegas de graduação e amigos petianos; Paulão e Carol, Léa, Xavier, Angélica, Guaratiba (já entre os paulistas) e Elisa; Janaína Holanda, Flávia Madruga e tantos outros amigos “geográficos”. Agradeço pelo afeto e também pela compreensão diante da minha demora em dar notícias.

Por fim, reservo o mais profundo dos agradecimentos aos meus familiares: meus pais, Mariza e Ary Paulo, minha irmã Regina e minha namorada Janaína.

Aos meus pais credito tudo, pois sou resultado de uma incansável busca por boas condições de vida, por educação, por felicidade. É porque me vejo como fruto dessa luta que sei para onde eu devo caminhar e ao que devo me dedicar. Agradeço por todos os meus dias, pela saudade e pela alegria de nossos reencontros. Obrigado pelos ensinamentos, pelas conversas, pelo apoio incondicional. Também agradeço a Regina por fazer parte desse núcleo maravilhoso que me permitiu viver meus sonhos.

Para Janaína, a minha querida Janinha, faço reverências pelos afagos, pelas broncas (fundamentais para que esse trabalho tenha se tornado realidade), pelas graças, pelo sim e pelo não. Obrigado por cevar o mate que dá gosto às nossas conversas, travadas em nosso dialeto misto de carioquês com gauchês, e pelos passeios de mãos dadas. Espero ter, enfim, justificado as incontáveis horas de sono que perdemos e que possamos, enfim, colher juntos os frutos desse trabalho.

São José, 04 de janeiro de 2011.

*Quem quer dizer o que sente  
Não sabe o que há de dizer.  
Fala: parece que mente...  
Cala: parece esquecer...*

Fernando Pessoa



## RESUMO

O final do século XX presenciou a ascensão do discurso ambiental nas sociedades capitalistas. Constata-se também, no caso específico da água, o crescimento da atenção sobre o tema juntamente com a disseminação de um discurso que prega a necessidade de racionalização do uso e da gestão dos recursos hídricos frente ao seu iminente esgotamento, o que significa uma transformação radical naquilo que se compreende como cultura da água da sociedade brasileira. É exatamente nesse contexto que se põe a seguinte questão: que efeitos são produzidos, na própria ordem do discurso, através da afirmação da água como recurso escasso? Quem são os sujeitos da gestão racional da água? Que elementos passam a compor o universo da política de recursos hídricos? Esses questionamentos foram elaborados a partir da aplicação de conceitos foucaultianos de análise de discursos à fala hegemônica sobre recursos hídricos. Utilizando-se um recorte amostral que envolve livros didáticos de Geografia, trabalhos acadêmicos geográficos e marcos legais brasileiros sobre recursos hídricos, pode-se constatar a abrangência e efetividade desse discurso dominante. Verificou-se, igualmente, a existência de falas alternativas que propõem outros enunciados para se discursar sobre a temática da água no contemporâneo, juntamente com outras formulações para uma política da água. Por fim, sinalizam-se contribuições para uma compreensão alternativa para a crise da água, a fim de colocar em relevo atores atualmente subalternos diante da voz dominante.

## ABSTRACT

The late twentieth century witnessed the rise of environmental discourse in capitalist societies. There is also, in the specific case of water, a growth in the attention on the topic along with the dissemination of a discourse that preaches the need for rational use and management of water resources front of his impending shortages, which means a radical transformation in what we understand as water culture of brazilian society. It is precisely in this context that appears the following questions: what effects are produced in the very order of discourse, through the affirmation of water as a scarce resource? Who are the subjects of rational water management? Which are the elements that compose the universe of water resources politics? These questions were developed from the application of foucauldian concepts of discourse analysis to the hegemonic over water resources. Using an analytical sample that involves geography textbooks, geographical academic papers and legal frameworks on brazilian water resources, we could confirm the coverage and effectiveness of this dominant discourse. It was also possible to confirm the existence of alternative discourses that propose other statements to speak on the issue of water in contemporary, along with other formulations for a water policy. Finally, it shows up contributions to an alternative understanding to the water crisis in order to show the importance of junior players currently on the dominant voice.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 SOBRE CULTURAS E DISCURSOS</b> .....	15
2.1 CULTURA E CULTURA DA ÁGUA .....	16
2.2 DISCURSOS E PRÁTICAS DISCURSIVAS E A DISPUTA PELA VERDADE ....	22
2.3 PRÁTICAS DISCURSIVAS, PRÁTICAS REGULADORAS .....	28
2.4 DELIMITANDO UM CORPUS PARA ANÁLISE .....	32
<b>3 O DISCURSO HEGEMÔNICO</b> .....	35
3.1 CARACTERIZAÇÃO .....	35
3.1.1 Uma questão urgente .....	35
3.1.2 Direito à água? .....	38
3.1.3 A redescoberta da água a partir das conferências internacionais .....	40
3.1.4 Governabilidade, água e desenvolvimento .....	43
3.1.5 Os atores e seus papéis .....	45
3.1.6 Uma agenda para concretizações .....	53
3.2 ANÁLISE .....	53
3.2.1 Um assunto econômico .....	54
3.2.2 Entre executores e reguladores .....	57
3.2.3 Interdições discursivas .....	58
<b>4 DISCURSOS EM DISPERSÃO</b> .....	60
4.1 LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA .....	61
4.2 TRABALHOS DIVULGADOS EM PERIÓDICOS ACADÊMICOS DE GEOGRAFIA .....	66
4.3 MARCOS LEGAIS .....	78
4.4 SÍNTESE .....	86
<b>5 CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA UM ENTENDIMENTO CRÍTICO SOBRE A QUESTÃO DA ÁGUA</b> .....	88
5.1 REVENDO A NOÇÃO DE ESCASSEZ .....	90

5.2 CULTURAS DA ÁGUA E MERCADO .....	94
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	96
ANEXO A - Grupo dos sábios (conforme CAMDESSUS et al., 2005) .....	105

## 1 INTRODUÇÃO

No primeiro volume da obra “O pensamento geográfico brasileiro”, Ruy Moreira afirma que os geógrafos são intelectuais intuitivos que professam suas críticas em tom baixo pelo temor do ridículo. A história deste trabalho pode ser considerada a exemplificação de tal afirmativa.

A percepção da mudança nos discursos sobre água no seio da sociedade brasileira é a grande motivação da presente iniciativa. A primeira vez que ocorreu a idéia deste projeto foi em novembro de 2004, durante a Agenda Acadêmica da Universidade Federal Fluminense. Na ocasião, em questionamento direcionado a Carlos Minc, então deputado federal, surgiu a sensação de que o discurso da água trazia certo “aquamalthusianismo”.

Desde então, a curiosidade se converteu em diversos projetos. A cronologia dessas empreitadas é, ao mesmo tempo, a história de uma seqüência de erros e revisões que o fim do percurso desta dissertação torna atraente. Em analogia, é como conhecer a história de cada ingrediente antes de saborear um produto culinário.

Entender quem pensa a água como recurso escasso. Tal objetivo esteve presente desde o início da jornada e pode ser encontrado em Amorim (2007; 2007b). A sensação de desacordo entre discurso e realidade estimulava uma busca pela autoria, pela fala inicial, pela origem. Ao mesmo tempo, a insatisfação com o consenso estabelecido fomentava uma postura denunciante ingenuamente confundida com engajamento. Os discursos são vistos como expressões ideológicas e deveriam ser desmistificados.

Naturalmente, cresce a necessidade específica de analisar a ocorrência de discursos sobre água nas ciências. Essa demanda lançou o objetivo de avaliar trabalhos acadêmicos de Geografia.

Em Amorim (2008) essa meta surge junto à crítica ao denunciamento ingênuo. Os discursos aqui são tomados como construções sociais cuja historicidade é negada pelo mesmo movimento que o produz. Ao mesmo tempo, reconhecem-se os discursos como portadores de características dos sujeitos que lhes conceberam visando agir sobre o mundo. Essa reflexão, certamente progressiva em relação à

postura inicial, é creditada a leituras do campo da sociologia, especialmente Latour (1994).

Se houve avanço em relação à conceituação, deu-se início, em contrapartida, a uma das mais profundas discussões subjacentes a este trabalho: o recorte amostral. A própria noção de que discursos são objetos pautou o debate, o que apenas seria superado (e não exatamente resolvido) com a opção metodológica feita posteriormente.

A hesitação diante do recorte amostral fica evidente em Amorim (2009). Na perspectiva de encontrar um discurso geográfico sobre água, realizou-se uma análise de diversos trabalhos de pós-graduação. O exercício quantitativo utilizado para demonstrar a validade do recorte praticado traduz a insegurança com relação aos efeitos dessa escolha. Como se os números assumissem a autoria (ou culpa) pela opção do analista que, por isso, estaria isento de responsabilidades.

Contudo, nesse momento evidenciou-se o que até o momento estava sombreado: este trabalho envolve análise de discursos. Diante da urgência por um instrumental analítico, se recorreu aos estudos de Michel Foucault. Essa etapa decisiva e incrivelmente olvidada até então modificaria drasticamente os rumos do trabalho, como se identifica em Amorim (2010). Credita-se também às leituras foucaultianas o afastamento da noção de discurso como realidade distorcida e ideologia como refração do real. A partir de então, o discurso vira realidade necessária, elemento material, embora incorporal, por estar encrustado em ações.

Também ganhou relevância em 2009 o conceito de cultura. Sua emergência se dá pela intenção de situar a análise ao nível das práticas consuetudinárias e, paralelamente, ampliar o raio de alcance da análise. Ao falar em discurso, fala-se sobre um enorme acervo de normas e ações que nele se apóiam. A noção de cultura conecta a análise a esse todo que, embora não seja explorado por estar fora dos limites deste trabalho, não foi negligenciado. Certamente, o diálogo com Nidia Piñeyro e Ramón Vargas (2006) foi fundamental para essa trajetória.

#### - O momento atual

A expectativa que se tem ao apresentar o presente texto não é cerrar a possibilidade de novas mudanças. Muito pelo contrário, trata-se da semeadura de inquietudes para um convite à busca por avanços. Por isso, recomenda-se que o

texto seja lido como uma prática laboratorial. Um experimento que, situado no campo das ciências, assume o princípio de valer-se mais dos equívocos do que propriamente dos acertos para galgar degraus.

O objetivo geral do trabalho é analisar os discursos contemporâneos sobre água na sociedade brasileira. Para atingir tal meta, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Construir uma metodologia para análise de discursos;
- b) Caracterizar o discurso hegemônico vigente na sociedade ocidental;
- c) Analisar a ocorrência da fala hegemônica sobre água em meios de propagação de discursos no Brasil;
- d) Contribuir para um entendimento crítico a cerca do atual debate sobre a água.

A boa ciência exige mais esforço para a pergunta do que para a resposta. As questões nucleares deste trabalho pode ser assim enunciada: que discursos sobre água existem na sociedade brasileira? Como se relacionam? Como situam os sujeitos sociais no debate sobre os recursos hídricos? De que modo determina os temas relativos aos recursos hídricos? Essas questões são desdobradas em quatro capítulos.

O primeiro capítulo tem como objetivo discutir métodos e metodologias para estudos de discursos e culturas. Compreende-se que os discursos sobre água fazem parte da cultura construída pelos homens em relação aos seus ambientes. Mas, afinal, que elementos do discurso serão observados? Como escapar das análises interpretativas e considerar o discurso como um objeto concreto? Tais questionamentos foram discutidos, destacando-se as contribuições de Michel Foucault para esta etapa.

O esforço de análise de determinado discurso envolve sua reconstituição. Neste tocante, as opções metodológicas pesam no sentido de estabelecer uma narrativa integral a fim de deixar que o leitor perceba, no decorrer do texto, como diferentes enunciados se articulam e constituem um discurso. O segundo capítulo se volta para essa finalidade, incluindo uma análise discursiva que visa elencar os principais enunciados da fala hegemônica para que sejam rastreados em recortes

amostrais ou, na ótica foucaultiana, no *corpus* de análise. A pesquisa entre os meios de propagação de discursos compõe o terceiro capítulo.

Finalmente, o quarto capítulo traz as considerações finais, reunindo conclusões elaboradas ao longo do texto. É também o momento em que se colocam algumas contribuições para uma revisão da questão da água, numa certa retomada do que se viu durante o processo desta dissertação.

Os ingredientes estão dispostos, o prato está servido. Só espera-se que a visita à cozinha não tenha ferido o paladar do degustador.



## 2 SOBRE CULTURAS E DISCURSOS

Toma-se como ponto de partida a hipótese de que há diferentes *culturas da água*, ou seja, diferentes formas de reflexão e ação a respeito da água, e que estas culturas são povoadas por *discursos* que são, de uma só vez, manifestações estruturantes, reguladoras, normatizadoras e coercitivas de ações. Esta análise visa identificar em diferentes *práticas discursivas* elementos que viabilizam certo conjunto de ações e negam outras; que delimitam um conjunto de objetos como pertencentes ao tema “água” e excluem outros; que conferem legitimidade a alguns sujeitos e marginalizam outros. Cultura e discurso são, portanto, conceitos balizadores desse trabalho, todos os demais estão, de algum modo, referenciados a eles.

É preciso admitir desde o princípio que ambos são notadamente marcados por grande polissemia, mesmo porque não são termos novos. Assuma-se, como exemplo, a questão da cultura. As ciências sociais têm debatido o conceito de cultura pelo menos desde os trabalhos de Edward Tylor chamado *Primitive Culture* de 1871 e, no entanto, o resultado obtido um século depois foi uma grande ampliação da constelação de definições sobre o tema, trazendo mais indecisões do que certezas. Perde-se a clareza conceitual, perde-se a operacionalidade.

Para este capítulo tem-se como objetivo traçar um marco teórico que nos forneça uma forma operacional de lidar com discursos e culturas. Para tanto se buscou articular três idéias:

1. Cada cultura produz discursos à sua moda. Os discursos são, portanto, socialmente construídos, dotados de historicidade como qualquer outro artefato humano;
2. Os discursos são, por sua vez, práticas reguladoras, normatizadoras. Ao compreender discursos como práticas coloca-se a questão da cultura no nível da produção material da vida humana na terra;
3. Há diversos discursos em cada cultura, porém em diferentes posições. Os discursos adotados, embebidos de certo “efeito de verdade”, são sempre rodeados por outros que podem vir a assumir posteriormente, através de disputas e conflitos (inclusive ao nível discursivo), a qualidade de veracidade.

## 2.1 CULTURA E CULTURA DA ÁGUA

A noção de cultura emerge num contexto de busca pela definição do que os homens realmente têm de diferença em relação aos demais seres vivos, em especial aos animais. Tratava-se de negar, portanto, que todas as habilidades e potencialidades humanas estivessem previamente determinadas por sua condição animal ou pelas condições em que se encontrava na superfície terrestre.

Segundo Laraia (2001), a grande questão por trás da construção do conceito de cultura é a necessidade de compreender a concomitância entre a unidade biológica da espécie humana e a grande diversidade de comportamentos, atitudes, restrições e outros aspectos observados entre os diversos grupos humanos. A diversidade de comportamentos humanos, de ações diante de questões semelhantes (como os laços familiares), já era observada desde a Antiguidade, mas recorreu-se primeiro às condições físicas ou ambientais para justificar os fatos observados.

Com efeito, foram produzidas diversas teorias ligando em relação causal aspectos biológicos e as diferentes manifestações humanas. Por exemplo, a um fato observado em incontáveis sociedades, a divisão sexual do trabalho, propôs-se como explicação a estrutura corpórea mais fraca do sexo feminino. Entretanto, a observação mais simples da realidade já demonstra a complexidade da divisão do trabalho:

A verificação de qualquer sistema de divisão sexual do trabalho mostra que ele é determinado culturalmente e não em função de uma racionalidade biológica. O transporte de água para a aldeia é uma atividade feminina no Xingu (como nas favelas cariocas). Carregar cerca de vinte litros de água sobre a cabeça implica, na verdade, um esforço físico considerável, muito maior do que o necessário para o manejo de um arco, arma de uso exclusivo dos homens. Até muito pouco tempo, a carreira diplomática, o quadro de funcionários do Banco do Brasil, entre outros exemplos, eram atividades exclusivamente masculinas. O exército de Israel demonstrou que a sua eficiência bélica continua intacta, mesmo depois da maciça admissão de mulheres soldados (LARAIA, 2001, p. 19).

Da mesma forma, condições ambientais foram apontadas como causa geral da diferenciação entre os grupamentos humanos<sup>1</sup>. Assim como no caso anterior, inúmeros exemplos retirados de observações negaram a validade de tal proposta. Fica em evidência a necessidade de delimitar no comportamento dos homens aquilo que é humano por natureza.

Para Cortazar-Rodrigues (1993, p. 7), o conceito de cultura tem desde o princípio uma função seletiva. Na busca pela gênese do conceito moderno de cultura, o autor retoma a concepção clássica romana de *cultura animi* “que hacia referencia al proceso permanente de formación personal (autorresponsabilidad material y ideal) y que marcaba los limites de lo que em esse tiempo se entendia como cultura”. Limitava-se à vida espiritual e tinha como paralelo o conceito de *cultus vitae*, que se originava da idéia de agricultura como dominação da natureza e abarcava as práticas de vida dos diversos povos.

Gradualmente estas definições confluíram para o termo cultura, que seria valorizado novamente entre o final do século XVIII e o início do século XIX. No momento em que se encontra em maturação a modernidade européia, o termo germânico *Kultur* e o francês *Civilization* delimitam diferentes possibilidades de realizações humanas. “Kultur era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente às realizações materiais de um povo”, (LARAIA, 2001, p. 25). Cortazar-Rodrigues (1993, p. 10) conclui que a noção de civilização cumpria então a função de expressar a autoconsciência do Ocidente - moderno-colonialista, diga-se como acréscimo. Entre os franceses e ingleses, traduz a importância de suas nações para o progresso material europeu. Para os intelectuais germânicos, a noção de civilização era útil, porém secundária uma vez que delimitava aspectos que afetavam unicamente a exterioridade dos homens. “La palabra con la que los alemanes se interpretan a si mismos y se expresa el orgullo por la contribución propia y por la misma esencia es cultura” (CORTAZAR-RODRIGUES, 1993, p. 10).

---

<sup>1</sup> Laraia nomeia os geógrafos do fim do século XIX como autores dessa posição: “Estas teorias, que foram desenvolvidas principalmente por geógrafos no final do século XIX e no início do século XX, ganharam uma grande popularidade. Exemplo significativo desse tipo de pensamento pode ser encontrado em Huntington, em seu livro *Civilization and Climate* (1915), no qual formula uma relação entre a latitude e os centros de civilização, considerando o clima como um fator importante na dinâmica do progresso” (LARAIA, 2001, p. 21). Este entendimento é comum mesmo entre geógrafos atuais. Cabe sinalizar aqui a possibilidade de outras leituras dos geógrafos dos oitocentos, destacando-se o trabalho de Moreira (2008).

A formalização do conceito moderno de cultura se deu a partir do trabalho de Edward Tylor (1832-1917). De acordo com Laraia (2001), o conceito de cultura de Tylor sintetiza as noções de *Kultur* e *Civilization*<sup>2</sup>. A definição resultante é que

La cultura o civilización, en sentido etnográfico amplio, es aquel todo complejo que incluye el conocimiento, las creencias el arte, la moral, el derecho, las costumbres y cualesquiera otros hábitos y capacidades adquiridos por el hombre en cuanto miembro de la sociedad (TYLOR, 1975, p. 29).

Pode-se observar, tal como fez Krotz (2004b), que Tylor mostra-se vacilante entre usar o termo cultura ou civilização, empregando indiscriminadamente ambos para se referir à mesma idéia. E para afastar-se em definitivo dos determinismos biológicos, pontifica ser tanto possível como desejável “(...) eliminar las consideraciones sobre las variedades hereditarias de razas humanas y tratar a la humanidad como homogênea en naturaleza, aunque situada em distintos grados de civilización” (TYLOR, 1975, p. 33).

A cultura aparece em Tylor como produto natural do homem. Considerando a unidade biológica dos seres humanos, Tylor esperava que todos chegassem aos mesmos produtos culturais. Por isso, a diversidade de modos de vida era pouco valorizada frente à questão da ubiqüidade dos feitos humanos. Tylor propõe que se analisem, a título de exemplo, instrumentos afiados e pontiagudos de algum museu etnológico. Machados, agulhas, pontas de flecha e outros seriam apenas mínimas variações de um padrão típico das mais diversas raças humanas.

Ao priorizar a unidade em detrimento da diversidade, Tylor abriu a possibilidade de se imaginar que haveria culturas - ou civilizações - menos desenvolvidas que outras. Mais ainda, as culturas menos desenvolvidas estariam por atingir, mais cedo ou mais tarde, o mesmo ponto que aquelas consideradas como vanguarda, que, de acordo com seu critério, eram as sociedades industriais européias do século XIX. Esta posição, conhecida como “evolucionismo unilinear” (LARAIA, 2001, p. 33), já foi alvo de duras críticas<sup>3</sup>, razão pela qual aqui não se pretende pontuar mais do que duas observações.

<sup>2</sup> Pode-se observar, tal como fez Krotz (2004b), que Tylor mostra-se frequentemente vacilante entre os termos cultura e civilização, utilizando ambos para se referir à mesma idéia.

<sup>3</sup> Cf. Laraia (2001), Krotz (2004b) e outros.

Primeiramente, é preciso aceitar radicalmente a pluralidade cultural. Esta aceitação tem implicações sociais e políticas. Conforme diz Olivé (2004):

Reconocer que existe una cultura diferente no es sólo aceptar que alguien pueda tener un color de piel distinto, peinarse de algún modo que nos parezca extravagante, tener gustos estéticos “asombrosos” y hábitos alimentarios extraños. Puede significar todo eso, pero implica mucho más. Lo más delicado, y lo que realmente importa para nuestro tema, es que los miembros de la otra cultura pueden concebir la naturaleza humana de modos muy diferentes, y lo que perciban como necesidades humanas básicas puede diferir enormemente del punto de vista occidental moderno (OLIVÉ, 2004, p. 33).

Da mesma forma, nega-se terminantemente a possibilidade de hierarquizar culturas entre mais ou menos avançadas. A cultura não é una, é multifacetada e variada como a própria humanidade. “Es menester aclarar que no existe absolutamente ningún criterio objetivo, y mucho menos científico para establecer este tipo de jerarquías”, advierte Krotz (2004a).

Para este trabalho, porém, o método prescrito por Tylor para os estudos sobre cultura forma, sem dúvidas, uma contribuição de grande valor. O primeiro passo do estudo de uma cultura, segundo o autor, consiste em analisá-la em detalhes e classificar suas partes em grupos. É importante notar a amplitude dos objetos que são do interesse do estudioso das culturas (na visão de Tylor, o etnógrafo). “Para el etnógrafo el arco y la flecha es una especie, la costumbre de aplastar el cráneo de los niños es una especie, la práctica de reconocer los números por decenas es una especie” (TYLOR, 1975, p. 34).

Assim, de acordo com esse método

Al examinar las armas, deben clasificarse en lanzas, palos, hondas, arcos y flechas, y así sucesivamente; entre las artes textiles hay que distinguir la fabricación de esteras y redes, y los distintos grados de producción y tejido de hilos; los mitos se dividen según encabezamientos en mitos de salida y puesta del sol, mitos de los eclipses, mitos de los terremotos, mitos locales que explican los nombres de los lugares mediante cuentos maravillosos, mitos eponímicos que explican el origen de la tribu derivando su nombre del nombre de un imaginario antepasado (...). Estos son unos cuantos ejemplos variados de una lista de cientos, y la tarea del etnógrafo es clasificar tales detalles con la perspectiva de descifrar su distribución en la geografía y en la historia, y la relación que existe entre ellos (TYLOR, 1975, p. 33-34).

Que se guarde para os etnógrafos os objetivos postos por Tylor. Para a tarefa que este trabalho se propõe a cumprir, deseja-se enfatizar a cultura como elemento diverso, multiforme, que se apresenta em instrumentos materiais e também imateriais. A proposição de Tylor autoriza este trabalho a se reconhecer como um estudo da cultura.

O conceito antropológico de cultura viria ainda a ser enriquecido pelas contribuições de Alfred Kroeber (1876 - 1960). Em um artigo clássico chamado “Lo superorganico”, Kroeber (1975 [1917]) busca demonstrar como a cultura atua sobre o homem. Para ele, ao se desenvolver culturalmente os homens se afastam de sua condição animal (‘orgânica’). “(...) unas cosas de nuestra vida y constitución proceden de la naturaleza, a traves de la herencia, y que otras nos llegan a traves de agentes con las que la herencia nada tiene que ver”, afirma (KROEBER, 1975, p. 48).

Segundo Kroeber (1975), as mais diferentes ações humanas são frutos de um processo de produção cultural que se dá através da comunicação entre os homens. Seus exemplos, ainda que bastante simples, são bastante esclarecedores:

Una gata que esta criando lleva un perrillo recién nacido a la camada de gatitos. Em contra de las anécdotas familiares y los artículos de los periódicos, el cachorrito ladrará y gruñirá, no ronroneará ni maullará. Nunca tratará de hacer esto último. La primera vez que le pisen la pata gemirá, no chillará, con tanta seguridad como que cuando se enfade mucho morderá como hacía su desconocida madre y nunca intentará arañar como há visto hacer a su madre de leche (p. 52).

Em contraposição, Kroeber propõe que se imagine uma criança francesa, filha de um casal francês, sendo separada dos pais biológicos e transportada por uma pessoa muda para a China com instruções para que não deixe ninguém falar com ela e até que seja adotada por um casal chinês. “¿Hace falta discutir lo que el francés adulto o todavía em crecimiento hablará? Ni una palabra de francés, sino chino, sin rastro de acento y com fluidez china, y nada más” (KROEBER, 1975, p. 52-53).

Se a cultura se reproduz através da comunicação, e não por herança biológica, pode-se afirmar que os discursos participam como reguladores desse processo. Daí a importância da análise dos discursos, do que nos ocuparemos adiante.

Vargas e Piñeyro (2005), num belo esforço de síntese conceitual, propõem que com o termo cultura se delimite o patrimônio comum e dinâmico de um povo. Ao mesmo tempo em que condiciona a vida dos indivíduos, é condicionada pelos membros da comunidade que, exercendo ou podendo exercer sua liberdade, a dinamizam.

Esto es esencial: la cultura es organizadora de hábitos, pautas, habilidades de los individuos pero es al mismo tiempo organizada y reorganizada por los individuos. Llamamos cultura, entonces, a los modos o formas de ser (pensar - sentir - decir - obrar), de hacer, de vivir, de los pueblos (VARGAS; PIÑEYRO, 2005, p. 64).

A riqueza desta proposição consiste no papel de destaque atribuído aos sujeitos no bojo da cultura. Nas análises dos discursos como reguladores das culturas, cabe analisar as posições assumidas pelos indivíduos.

Este estudo, no entanto, não visa explorar todos os aspectos culturais. Dedicase ao que se pode denominar como cultura da água, uma seção específica do que se entende por cultura. Para Vargas e Piñeyro (2005), a cultura da água (ou cultura hídrica, sem distinção entre os termos) é

El conjunto de creencias, conductas y estrategias comunitarias para el uso del agua que puede 'ser leído' en las normas que la comunidad se da o acepta tener, en el tipo de relación entre las organizaciones sociales que tienen el poder en los procesos políticos que se concretan en relación con el aprovechamiento, uso y protección del agua (VARGAS; PIÑEYRO, 2005, p. 66).

Trata-se de um acúmulo de experiências que todo grupo, comunidade ou sociedade constrói, uma vez que a água é fundamental para a vida. Não significa, ao menos não de maneira restrita, programas de conscientização sobre os cuidados com a água ou regras de higiene. Tampouco se trata de algo que existia entre povos do passado e que hoje se perdeu, ou ainda algo que deve ser construído como uma só cultura da água. Por tudo isso, afirma-se categoricamente que não há grupo humano desprovido de cultura hídrica. “La cultura hídrica existe. Hay que salir a buscarla despojado de prejuicios, etnocentrismo, modernidad y otras contaminaciones” reclamam Vargas e Piñeyro (2005).

Sendo a cultura algo intimamente ligado à comunicação, pode-se concluir que os discursos cumprem um papel-chave na sua formação. Segundo Vargas (2006),

uma das manifestações mais claras da cultura é a linguagem e, portanto, a cultura da água se manifesta de forma muito importante nos discursos da água.

A intenção deste trabalho é, portanto, verificar os discursos sobre a água e as culturas que eles engendram. Resta definir o que se entende como discurso, posteriormente, como estes atuam enquanto reguladores de outras práticas sociais.

## 2.2 DISCURSOS E PRÁTICAS DISCURSIVAS E A DISPUTA PELA VERDADE

O Dicionário Houaiss (2009) apresenta dez acepções para o termo “discurso” (sem contar as possíveis locuções). Pode-se aceitar esse dado como uma medida da volumosa polissemia carregada pela palavra. As definições mais abrangentes são “enunciado oral ou escrito que supõe, numa situação de comunicação, um locutor e um interlocutor” (UOL HOUAISS, 2009) ou “segmento contínuo de fala maior do que uma sentença” (UOL HOUAISS, 2009). À última sugere ligação com o termo “análise de discurso”, definida como

parte da lingüística que estuda as regras para a produção de textos (orais ou escritos) maiores que o período, ou seja, as seqüências de frases, e tem como objeto a fala (na oposição saussuriana língua/fala [ou discurso]); seus critérios e métodos variam segundo as escolas; análise do discurso (UOL HOUAISS, 2009).

Eis que alguns desafios se apresentam a uma definição clara dos objetivos desse trabalho. Primeiramente, faz-se necessária uma delimitação teórica do que se compreende como discurso, uma vez que não se pretende trabalhar com palavras e frases, mas com regulações, normas e ações. Em decorrência dessa diferença pode-se levar adiante outra, dessa vez no campo metodológico. Para tanto, toma-se aqui como principais referências os estudos do filósofo francês Michel Foucault<sup>4</sup>.

A complexa leitura de Foucault a cerca da análise de discursos se dá a partir de alguns conceitos-chaves. Enunciados, discursos e formações discursivas se articulam em delimitações de campos de objetos, posicionamentos de sujeitos e

---

<sup>4</sup> Foucault não parece mesmo interessado em encerrar as polêmicas sobre o uso da palavra cultura. Pelo contrário, diz: “em lugar de estreitar, pouco a pouco, a significação tão flutuante da palavra “discurso”, creio ter-lhe multiplicado os sentidos” (FOUCAULT, 2008a, p. 90).



legitimações e coerções discursivas que terminam por constituir saberes. A definição foucaultiana de saber é, portanto, um ponto de partida possível para abordar a sua análise de discursos. Assim, tem-se que

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (...), um saber é, também, o espaço em que um sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...), um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (...), finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (...). Não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2008a [1969], p. 204-205).

A produção de saberes é uma prática social<sup>5</sup> e, portanto, está associada às relações de poder que se estabelecem dentro de uma sociedade. Saber e poder estão ligados intrinsecamente nas sociedades numa certa “economia política da verdade” (FOUCAULT, 1979). A esse respeito, é importante considerar que “a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder” (FOUCAULT, 1979)<sup>6</sup>.

Cada sociedade estabelece ao longo de sua história regimes de verdade. Isso abrange

os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Para Foucault, esses regimes de verdade são produzidos através de mecanismos da própria ordem do discurso. Isso implica considerar os discursos não apenas como um encadeamento de palavras, nem somente como imbricação, ou conflito, superficial entre a realidade e uma língua.

<sup>5</sup> É pertinente o comentário de Fischer (2001, p. 199): “Na verdade, tudo é prática em Foucault”.

<sup>6</sup> “Trata-se, afinal, de um conceito de poder como produtividade, como positividade. A chave para encontrar esse núcleo comum nos conceitos de poder disciplinar e de biopoder é a permanência em ambos do poder-saber, da idéia de poder enquanto produtor de conhecimento” (POGREBINSCHI, 2004, p. 181).

não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras: trama obscura das coisas, cadeia manifesta, visível e colorida das palavras; gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, *analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva.* (FOUCAULT, 2008a, p. 54-55) (Grifo nosso).

O tipo de análise de discurso empreendida por Foucault é chamado de análise arqueológica. Fischer (2001), comentando a radicalidade teórica de Foucault, afirma que uma primeira leitura pode sugerir certo idealismo, um predomínio da ordem discursiva sobre a realidade objetiva. Trata-se, entretanto, do justo oposto, de encarar a ordem do discurso parte constituinte da materialidade.

Os discursos devem ser encarados como acontecimentos, isto é, como efeitos sobre uma materialidade. A noção de acontecimentos discursivos consiste “(...) na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais (...), produz-se como efeito de e em uma dispersão material” (FOUCAULT, 2008b, p. 57). É por tal compreensão que Foucault não identifica a análise discursiva que desenvolve como idealista, e evoca que se avance “(...) na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporal” (FOUCAULT, 2008b, p. 58).

As práticas discursivas apresentam-se de acordo com conjuntos de regras que lhes garantem funcionalidade e articulação. Tais regras definem discursos ou *formações discursivas*, coletivos de enunciados organizados<sup>7</sup>. O enunciado é a unidade da formação discursiva, a base, mas não coincide com outras unidades como frases ou atos de fala (NUNES, 2002, p. 128).

O enunciado não é, entretanto, uma estrutura, uma unidade que está para a análise arqueológica assim como a frase está para a análise gramatical. É, em verdade,

uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (FOUCAULT, 2008a, p. 98).

<sup>7</sup> “No caso em que se puder descrever [...], se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, 2008a, p. 43)

Os enunciados encontram-se na transversalidade de frases e de proposições lógicas (FISCHER, 2001), atuando como condições de possibilidade e de transformação de significado (FERNANDES, 2007). Não é, portanto, uma projeção ou grafia imediata da realidade sobre o plano da linguagem. Seus elementos e suas regras não são meramente lingüísticos (FOUCAULT, 2008a, p. 111).

Podem-se estabelecer, na ótica foucaultiana, quatro condições elementares para que se reconheça em seqüências de signos (um texto, por exemplo) um enunciado. São elas:

1. A série de signos deve ter “(...) relações com ‘outra coisa’ (...), uma relação específica que se refira a ela mesma” (FOUCAULT, 2008a, p. 100). Não é necessário um conteúdo semântico: o exemplo clássico é a seqüência “QWERTY”, que se constituem o enunciado da ordem alfabética adotada pelos teclados utilizados para escrita em língua portuguesa<sup>8</sup>. Trata-se de um “referencial”, e não um referente: “o referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação” (FOUCAULT, 2008a, p. 103) de indivíduos, objetos e das relações colocadas em questão. “É este conjunto que caracteriza o nível *enunciativo* da formulação, por oposição a seu nível gramatical e a seu nível lógico” (FOUCAULT, 2008a, p. 103) e que dá possibilidades de uma frase, por exemplo, adquirir o valor de verdade.
2. A definição de sujeitos. Isso não significa estabelecer autores, mas lugares, posições possíveis para indivíduos. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em “analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2008a, p. 108). O sujeito enunciante não é necessariamente o mesmo sujeito da fala, portanto.
3. O estabelecimento de um campo de coexistências com outros enunciados. “Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase (uma proposição) figura em um ponto definido, com uma

---

<sup>8</sup> Exemplo adaptado do criado por Foucault (2008a) com a seqüência AZERT para as máquinas francesas.

posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola” (FOUCAULT, 2008a, p. 112). Esse campo de coexistências, um domínio associado de enunciados, dá a possibilidade de existência de um contexto. Com efeito, a mesma frase dita em um manual de economia política e num romance podem constituir enunciados absolutamente distintos, a depender das relações que estabeleça com os outros enunciados.

4. É preciso que o enunciado tenha materialidade. Isso significa que a matéria não é um mero vetor de transmissão do enunciado, mas um elemento que o constitui. “(...) o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade” (FOUCAULT, 2008a, p. 114). A materialidade define, sobretudo, possibilidades de uso e reprodução de um enunciado.

O estudo arqueológico dos discursos não exclui os demais tipos de análise (lingüística ou lógica), mas abre a possibilidade de uma nova articulação. Não se pode considerar o enunciado como uma totalidade oculta ou perdida em um discurso, algo que subjaz em frases e proposições lógicas. Por isso, a análise arqueológica não é uma descrição total e exaustiva de um discurso, mas certo nível de descrição.

Os discursos são constituídos por conjuntos de seqüências de signos. Mas importa, para a análise arqueológica, que eles existam “enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência” (FOUCAULT, 2008a, p. 122). Essa análise

consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008a, p. 55).

A recusa de considerar o enunciado como algo que está atrás do discurso que se apresenta traz implicações metodológicas para a análise. Para Foucault (2008a), a análise arqueológica requer que se atenha à positividade dos discursos.

Apenas pode se referir “a coisas ditas, a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas” (FOUCAULT, 2008a, p. 124). Não é, portanto, uma análise interpretativa, não é um questionamento em torno do que foi eclipsado pelo que foi dito, não é uma busca pelos pensamentos que giram ao redor de frases. A análise arqueológica tal qual se pretende fazer não “(...) reconhece nenhum enunciado latente: pois aquilo a que nos dirigimos está na evidência da linguagem efetiva” (FOUCAULT, 2008a, p. 124).

Põe-se assim em evidência as diferenças entre a análise arqueológica dos discursos e a desempenhada pelo tipo de estudo que Foucault denomina como história das idéias: uma análise “(...) dos começos e dos fins, a descrição das continuidades obscuras e dos retornos, a reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da história” (FOUCAULT, 2008a, p. 156). A história das idéias toma para si dois papéis principais: fazer uma história dos “(...) conhecimentos imperfeitos; malfundamentados, que jamais puderam atingir, ao longo de uma vida obstinada, a forma de cientificidade” e de “penetrar as disciplinas existentes, tratá-las e reinterpretá-las” (FOUCAULT, 2008a, p. 155). A construção de uma análise alternativa a essa proposta deve observar alguns cuidados:

- a) Não definir pensamentos, representações, temas e outras coisas manifestas ou ocultas nos discursos, mas os próprios discursos enquanto práticas que obedecem a regras. “Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro discurso” mais oculto. Recusa-se a ser ‘alegórica’” (FOUCAULT, 2008a, p. 157);
- b) Que não se procure encontrar “o momento em que (os discursos), a partir do que ainda não eram, tornaram-se o que são” (FOUCAULT, 2008a, p. 157). Trata-se de lidar com discursos em suas especificidades, considerando o jogo de regras que engendram.
- c) Não fazer do autor e da obra figuras centrais e ordenadoras da análise, mas os próprios discursos. A arqueologia define tipos e regras de práticas discursivas que “atravessam obras individuais, às vezes as comandam inteiramente (...); mas às vezes, também, só lhes regem uma parte” (FOUCAULT, 2008a, p. 158). “A arqueologia não está à procura das invenções” (FOUCAULT, 2008a, p. 163), não se lança na busca por fundadores.

- d) A arqueologia não deve se empenhar na reconstituição do que pôde ser pensado ou desejado pelos homens no ato de criação do discurso. É unicamente uma reescrita, ou seja, “uma transformação regulada do que já foi escrito. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto” (FOUCAULT, 2008a, p. 163).

### 2.3 PRÁTICAS DISCURSIVAS, PRÁTICAS REGULADORAS

A análise arqueológica desenvolvida por Foucault está longe de ser um mero método de escrutínio de formações discursivas. A verdadeira força de sua análise reside em seu uso político. Isso porque através dela é possível identificar e questionar os meios empreendidos em certa sociedade para o controle dos discursos, compreendidos sempre como materialidade, como condição de realização de ações.

A compreensão dos mecanismos de regulação dos discursos abre a perspectiva de utilizá-los de forma consciente com vistas a uma ação igualmente consciente de sua finalidade. Ao questionar o que aparece como dado, como verdade absoluta, abre-se a possibilidade de uma ação diferente, baseada em discursos diferentes, mas igualmente possíveis de serem verdadeiros. Cabe investigar como os discursos aparecem como reguladores de si e de outras práticas e, então, verificar as possibilidades de mudança.

O momento em que Foucault apresenta com maior clareza alguns procedimentos de controle, seleção e organização da produção de discursos na sociedade é o texto *A ordem do discurso* (2008b [1971])<sup>9</sup>. Nele, Foucault identifica três grupos: os sistemas de exclusão, os procedimentos internos de auto-regulação dos discursos e os mecanismos de rarefação dos sujeitos que falam. Pode-se tomá-los como aspectos a serem observados nos discursos analisados.

Os sistemas de exclusão “(...) se exercem de certo modo do exterior (...) concernem, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo”

---

<sup>9</sup> Na verdade, trata-se da aula inaugural lecionada no *Collège de France em 2 de dezembro de 1970*.

(FOUCAULT, 2008b, p. 21). Envolvem, basicamente, três procedimentos: a *interdição*, a *segregação* e a *vontade de verdade*.

Por *interdição* entende-se certo tipo de procedimento em que um tabu do objeto do discurso, um ritual de circunstância ou um por atribuição de privilégios a um sujeito específico se delimita quem pode dizer e em que circunstâncias. As disputas da sociedade passam também por disputas pelo desejo de dizer:

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2008b, p. 10).

A *segregação* é o procedimento de exclusão de um discurso (e de seus portadores, em alguns casos) por outro. O exemplo dado por Foucault é a oposição moderna entre razão e loucura constituída na Europa. O discurso moderno de razão exclui, por definição, discursos divergentes, tratando-os como loucura. “É curioso constatar que durante séculos na Europa a palavra do louco não era ouvida, ou então, se era ouvida, era escutada como uma palavra de verdade”, afirma (FOUCAULT, 2008, p. 11). É importante notar que se ergue todo um aparato institucional que reforça a segregação ao mesmo passo em que a torna mais sutil.

O terceiro tipo de procedimento externo caracterizado por Foucault é a *vontade de verdade*. Trata-se de um sistema de exclusão de outros discursos como se fossem falsos. Para isso, se apóia em determinados saberes como discursos verdadeiros. O sistema penal que surge em meados do século XVIII busca justificar-se inicialmente numa teoria do direito, mas recorre em seguida ao saber sociológico, médico, psicológico e psiquiátrico para afirmar sua legitimidade (FOUCAULT, 2008b, p. 19).

O segundo grupo de mecanismos de controle de discursos é composto por procedimentos de auto-regulação. Enquanto os mecanismos do primeiro grupo “(...) concernem, sem dúvida, à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo” (FOUCAULT, 2008, p. 21), os do segundo são “procedimentos internos (...) que funcionam sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso” (FOUCAULT, 2008, p. 21).

O *comentário* que se dá a partir de um discurso poder ser lido como meio de construção de novos discursos. É necessário constatar que na sua função de “dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro” (FOUCAULT, 2008b, p. 25), termina por anexar o discurso inicial. O discurso passa a ter valor de novidade pelo acontecimento, pela forma e pela circunstância de seu retorno, não pelo que diz.

Há também um mecanismo de controle sobre o *autor*, entendido não como indivíduo que escreve ou fala, mas como um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2008b, p. 26). Percebe-se que a função de autor varia de acordo com a sociedade, a época e o discurso em questão<sup>10</sup>, mas termina por limitar o acaso do discurso “pelo jogo de uma *identidade* que tem a forma da *individualidade* e do *eu*” (FOUCAULT, 2008b, p. 29).

Um outro tipo de procedimento limitador é denominado por Foucault como *disciplina*. Primeiramente, faz-se fundamental compreender que

uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou de sistematicidade. Há, para isso, duas razões: primeiro, [as disciplinas] são feitas tanto de erros como de verdades, erros que não são resíduos ou corpos estranhos, mas que têm funções positivas, uma eficácia histórica, um papel muitas vezes indissociável daquele das verdades. Mas, além disso, para que uma proposição pertença [à uma disciplina], é preciso que ela responda a condições, em um sentido mais estritas e mais complexas, do que a pura e simples verdade: em todo caso, a condições diferentes. Ela precisa dirigir-se a um plano de objetos determinado (FOUCAULT, 2008b, p. 31).

Em suma, ao impor exigências complexas para a aceitação de um discurso, a disciplina delimita um campo de um saber como o verdadeiro, expurgando todo o restante como falso. Para manter-se em uma disciplina, é preciso, a cada discurso, verificar e atender todas as regras por ela impostas.

O terceiro e último grupo de procedimentos de controle dos discursos é marcado pelos mecanismos de seleção dos sujeitos. Através de certas regras impostas aos indivíduos, diferenciam-se os discursos com relação às posições necessárias para proferi-los.

---

<sup>10</sup> Cf. Foucault (2008).



(...) ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (FOUCAULT, 2008b, p. 37).

Dos mecanismos de seleção de sujeitos, o primeiro relacionado é o *ritual*, que funciona definindo a qualificação necessária para um indivíduo portar um discurso. Assim,

define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (FOUCAULT, 2008b, p. 39).

É razoável tomar como exemplo o sistema de ensino, que envolve uma grande quantidade de rituais<sup>11</sup>. Basta pensar no conjunto de exigências para que alguém seja legalmente reconhecido como professor no Brasil (formação, titulação, práticas cotidianas, etc.).

Pode-se ainda observar a constituição de *sociedades de discurso*. A função principal dessas é limitar a circulação dos discursos através da imposição de regras estritas para sua distribuição. Para Foucault (2008b), a forma como a escrita se encontra atualmente institucionalizada na forma “livro”, submetida a um sistema editorial e centrada no personagem do escritor configura “uma ‘sociedade de discurso’ difusa, talvez, mas certamente coercitiva” (p. 41).

O seu oposto é a *doutrina*, onde o limite não se dá sobre o número de sujeitos que têm acesso a um discurso, mas à quantidade de discursos que circulam por certo grupo de indivíduos.

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros (FOUCAULT, 2008b, p. 43).

Por último, entende-se que a *apropriação social dos discursos* como mais um mecanismo de seleção de sujeitos. Os sistemas de educação atuam com destaque

---

<sup>11</sup> Cf. Benitez (2007).

ao conferir os diferentes níveis de acesso aos discursos, pois são uma maneira política de regular o acesso aos discursos e aos poderes que cada um deles engendra.

## 2.4 DELIMITANDO UM CORPUS PARA ANÁLISE

Após definir os elementos que serão analisados, pode-se delimitar o conjunto de discursos sobre os quais este trabalho será objeto deste estudo. Sobre esta decisão repercutem os marcos metodológicos estabelecidos, de modo que a própria forma de circunscrever um espaço para análise deve observar a caracterização feita sobre cultura e discurso. Há, portanto, mais alguns princípios a serem observados.

A análise arqueológica, conforme se comentou anteriormente, não é uma interpretação dos discursos. A interpretação seria, na ótica foucaultiana, uma maneira de compensar a carência dos enunciados multiplicando-lhes sentidos<sup>12</sup>. A análise arqueológica propõe-se justamente a medir o valor de um conjunto de enunciados numa formação discursiva, as coerções e possibilidades que se colocam a partir deles e para eles (FOUCAULT, 2008a). Tal objetivo implica em uma abordagem alternativa em relação ao que faz a história das idéias.

Ao buscar recortar analiticamente um conjunto de discursos, pode-se cair na tentação de tomar como base os “autores”, como são habitualmente denominados os indivíduos que proferiram as frases que se põe em questão. As “obras”, livros, textos e outros, seriam os ambientes dos discursos, ou mesmo o próprio discurso em si. Esses seriam os elementos centrais se esta análise se posicionasse como interpretativa.

---

<sup>12</sup> “Interpretar é uma maneira de reagir à pobreza enunciativa e de compensá-la pela multiplicação do sentido; uma maneira de falar a partir dela e apesar dela. Mas analisar uma formação discursiva é procurar a lei de sua pobreza, é medi-la e determinar-lhe a forma específica. É, pois, em um sentido, pesar o “valor” dos enunciados [...]. Assim concebido, o discurso deixa de ser o que é para a atitude exegética: tesouro inesgotável de onde se podem tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis; providência que sempre falou antecipadamente e que faz com que se ouça, quando se sabe escutar, oráculos retrospectivos; ele aparece como um bem - finito, limitado, desejável, útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, objeto de uma luta, e de uma luta política” (FOUCAULT, 2008a, p. 136-137).

Por ter outros pontos de partida, a análise arqueológica não se centraliza pelas figuras do autor e da obra. Coloca-os em suspensão, aceitando-os como campos pelos quais os enunciados interagem, se entrecruzam, formam arranjos e se excluem. São, portanto, recortes provisórios de onde se parte para a descrição das formações discursivas.

Evidentemente, não se pode ter a intenção ingênua de descrever todas as relações que se desenham a partir de um discurso. É preciso fazer uma delimitação, de certo modo arbitrária, de um conjunto que, após análise, pode ser transformada em uma demarcação de formações discursivas<sup>13</sup>.

Para atingir o objetivo de analisar discursos que emergem de culturas da água, assume-se provisoriamente a discriminação dos discursos sobre água proposta por Vargas (2008)<sup>14</sup>. Assim, se aceita a existência de dois grandes grupos de discursos: os *discursos hegemônicos* e os *discursos contra-hegemônicos*. Entre os discursos hegemônicos, Vargas identifica discursos da *dominação* e da *dependência*; os discursos contra-hegemônicos envolvem os discursos da *resistência* e da *liberação*.

Os discursos hegemônicos são, geralmente, oriundos de governos, organizações não-governamentais, organismos financeiros internacionais, corporações ou grupos empresariais, acadêmicos ou profissionais. Segundo Vargas, “construyen y difunden las ideas dominantes - valga la redundância - que favorecen dinámicas globalizadoras y uniformizadoras de la realidad tratando de incidir en los niveles locales, regionales y globales” (2008, p. 3). Incluem também os discursos da dependência, ou seja, aqueles que tratam a realidade como fato consumado ao qual somente é possível se adaptar.

Os discursos contra-hegemônicos são, em linhas gerais, aqueles que surgem de governos locais, sindicatos, organizações de setores afetados por obras hidráulicas, usuários descontentes com serviços de água e saneamento, entre outros. Aparecem a partir de lutas contra a aplicação direta de medidas de ajuste,

---

<sup>13</sup> “Fora de cogitação, entretanto, está o fato de se poder descrever, sem limites, todas as relações que possam assim aparecer. É preciso, numa primeira aproximação, aceitar um recorte provisório: uma região inicial que a análise revolucionará e reorganizará se houver necessidade. Mas como circunscrever essa região? Por um lado, é preciso, empiricamente, escolher um domínio em que as relações corram o risco de ser numerosas, densas e relativamente fáceis de descrever” (FOUCAULT, 2008a, p. 33).

<sup>14</sup> É altamente recomendada a leitura do artigo “Cultura y Democracia del Agua”, de Ramón Vargas (2008), especialmente quanto à análise dos imaginários.

privatizações, aumento nas tarifas, deslocamentos forçados, instalações não desejadas de fábricas e de a racionalização de serviços.

Com o objetivo de povoar o campo delimitado como “hegemônico”, toma-se como referência central o trabalho apresentado por Michel Camdessus (et al., 2005) intitulado “Água”, extrapolando-o por vezes com referências a outros trabalhos. A razão é simples: o Sr. Michel Camdessus é ex-diretor do Fundo Monetário Internacional. Seu trabalho é o resultado da reunião de um grupo de dezenas de especialistas<sup>15</sup>. Então, se aceita a hipótese de assim será possível encontrar relações discursivas em bom número e em boa qualidade.

A validade do recorte proposto será testada através da observação de três meios de propagação de discursos: os marcos legais brasileiros, os livros didáticos de Geografia e artigos científicos de Geografia. A expectativa é de encontrar vestígios do discurso analisado nessas três áreas relativamente autônomas entre si, verificando assim sua dispersão. Também se verificará a existência de elementos antagônicos à fala dominante.

Ao final, serão levantados alguns contrapontos ao discurso hegemônico, na expectativa de compor um campo contra-hegemônico. Isso será realizado dentro da própria ordem do discurso. Não se trata de tentar transformar a realidade com palavras e fraseologias, mas de tentar mobilizar sujeitos e objetos *hoje* interditados e excluídos, mas portadores de contribuições significativas para que se chegue a uma nova forma de relação entre a humanidade e seus recursos hídricos. A busca é por elementos para uma nova política da água.

Por definição, os discursos contra-hegemônicos são muito mais diversos do que seus opositores. Entretanto, toma-se a liberdade de sinalizar como representantes fiéis daqueles que visam a superação crítica da questão da água Vargas e Piñeyro (2006), e, sobretudo, Porto-Gonçalves (2006).

---

<sup>15</sup> Com efeito, esse grupo se denomina como “grupo dos sábios”.

### 3 O DISCURSO HEGEMÔNICO

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO

A caracterização do discurso hegemônico apresentada neste capítulo tem como espinha dorsal o livro “Água” escrito por Michel Camdessus, Bertrand Badré, Ivan Chéret e Piere-Frédéric Ténière-Buchot. Publicado originalmente no ano de 2004 em Paris, recebeu tradução para o português em 2005, ano em que foi publicado no Brasil pela editora Bertrand Brasil (edição de que se serviu para este estudo).

O livro tem como objetivo a divulgação dos resultados produzidos pelo Painel Mundial sobre Financiamento da Infra-estrutura da Água (PMFIA), do qual os autores fizeram parte. O que se encontra no texto, entretanto, está além de um simples relatório técnico. Trata-se de uma forma particular de considerar a situação contemporânea da água.

O aproveitamento desse material para descrever aqui o discurso atualmente hegemônico sobre água foi feito com uma ressalva. De fato, o produto final do Painel foi duramente criticado<sup>16</sup>. Os autores afirmam, ao concluir o livro, que “Com o esforço de toda uma geração, o sonho da água pura ou tratada para todos é realizável. Há um ano tivemos o privilégio de levar essa boa nova a todos (...) o mundo, no entanto, parece não ter entendido nada” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 248).

##### 3.1.1 Uma questão urgente

A humanidade está diante de um muro e se aproxima dele rapidamente. Essa é a metáfora que representa a situação com das reservas de água do mundo. O desperdício e a poluição são responsáveis pela acelerada redução da

---

<sup>16</sup> Conferir em: <<http://www.irc.nl/page/2722>>.

disponibilidade de água, enquanto o crescimento demográfico eleva exponencialmente a demanda. Não se pode pensar em levar água de qualidade a todos os seres humanos dentro desse cenário.

A disponibilidade de água no planeta Terra é praticamente a mesma há quatro milhões de anos. Sabe-se, porém, que a maior parte desses recursos, cerca de 97%, é salgada e está nos oceanos, sendo imprópria, ao menos de forma imediata, aos usos humanos. Do restante, outra parte considerável está congelada. Estima-se que há 40.000 km<sup>3</sup> de água útil para os homens. O que parece pouco se comparado ao total seria mais do que suficiente para todos que hoje estão na Terra, mas ainda essa pequena parcela se encontra desigualmente distribuída no tempo e no espaço. “Para 22% da população mundial, a China só recebe 7% das precipitações. Na Amazônia, a situação é evidentemente o inverso: menos de 1% da população mundial recebe quase 15% das precipitações” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 20).

Contribui para o agravamento da situação o decréscimo constante da qualidade da água disponível. O desmatamento provoca o desaparecimento de zonas úmidas e torna o clima mais desigual. A poluição, seja de origem doméstica, industrial ou agrícola, condena dia após dia novos lençóis freáticos, transformando a água em um vetor responsável pela morte de oito milhões de pessoas por ano, a maioria em países pobres, superando e muito os danos causados por doenças como a AIDS ou a tuberculose. O desperdício completa o quadro catastrófico de mal uso de um recurso.

A redução da oferta de água tem com paralelo o veloz aumento da demanda. Gestos simples como tomar banho em um chuveiro enquanto uma máquina lava roupas são comuns apenas à minoria dos habitantes do planeta. Do outro lado, uma grande massa que deseja esses hábitos, ainda que se saiba ser impossível estendê-los a todos.

A demanda explode em todos os lugares. A primeira causa do aumento contínuo e forte do consumo de água é o crescimento demográfico (...). A população aumentando um terço, o número de metros cúbicos disponíveis por habitante vai mecanicamente diminuir um terço até 2025. Aritmética de diabólica simplicidade! Mais grave ainda, o crescimento demográfico, como a água, é dividido muito desigualmente. A população tende a crescer nos locais onde a água já é rara, lá onde o acesso e os saneamentos mesmo hoje não estão garantidos (CAMDESSUS et al., 2005, p. 29).

O crescimento econômico amplifica os efeitos do crescimento demográfico. O modo de vida dos países desenvolvidos envolve uma maior utilização de água, portanto é possível esperar que sua generalização torne a situação ainda mais crítica. Da mesma forma, podemos relacionar ao aumento da demanda por água a generalização do uso da irrigação na agricultura e a industrialização.

O resultado é um cenário trágico mantido por alguns impasses:

- a) Um moral, pois se a água é fundamental para a vida, ao mesmo tempo é negada a maior parte da população mundial;
- b) Um agrícola, pois a agricultura está cada dia mais dependente da irrigação, enquanto os mananciais se esgotam;
- c) Um ambiental em razão da poluição crescente, o que envolve também um impasse sanitário, que diz respeito ao tratamento das águas utilizadas;
- d) Um financeiro, pois “a água não tem preço, mas ela tem um custo. No entanto, sabe-se bem que o consumidor nunca pagou o 'custo completo' de sua água” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 33). Ainda pode-se dizer que

A água não é um bem mercadológico como os outros, diz-se. É verdade, ela é mais do que isso, mas ela também é isso. Ela foge daqueles que não pagam por ela em direção àqueles que pagam. Assim, ela segue uma regra econômica completamente normal (...) (CAMDESSUS et al., 2005, p. 191).

Há atualmente possíveis soluções para as diversas contingências relacionadas à água. Seja a adoção de práticas conservacionistas, como o distanciamento de fossas sépticas das áreas de coleta de água para uso doméstico, até a controversa construção de barragens ou complexos processos de dessalinização das águas dos mares, sabe-se que com a técnica é possível mitigar os efeitos de estiagens ou da poluição. Contudo, as respostas para as situações graves esbarram frequentemente no problema do financiamento: quem arcará com os custos dessas ações? Quem será responsável por empreendê-las? Na seqüência, pode-se questionar: por que fazer? Que direito à água têm os seres humanos?

### 3.1.2 Direito à água?

A mais conhecida definição dos direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, publicada pela Organização das Nações Unidas, não faz menção alguma sobre o acesso à água. Na verdade, apenas no ano de 2002 o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas afirmou que o acesso à água potável e com custo compatível é direito de cada ser humano, recomendando que se considere este em conjunto com os outros direitos promulgados na declaração de 1948. Mas o que existe concretamente sobre o acesso à água é muito mais marcado por desníveis e injustiças do que por igualdade.

A primeira e principal injustiça ocorre com relação às mulheres. Em grande parte das comunidades dos países pobres a responsabilidade pela obtenção de água é das mulheres, o que está na raiz de uma grande desigualdade entre gêneros. Submetidas a um trabalho árduo, envolvendo longas caminhadas e cargas pesadas a serem transportadas, as mulheres acabam por serem privadas da oportunidade de freqüentar escolas e disputar melhores posições na sociedade. Doenças e lesões decorrentes do trabalho são freqüentes. A ausência de banheiros, mesmo dos mais rudimentares, tornam a vida feminina ainda mais difícil pela falta de condições de higiene e privacidade (ALLÉLY et al., 2004).

A transformação dessa difícil realidade deve colocar a mulher no foco das políticas de desenvolvimento. Essa proposta toma como referência a Conferência de Pequim sobre os direitos da mulher de 1995, onde “a participação feminina nas ações de desenvolvimento foi reconhecida como uma condição de seu sucesso e de sua perenidade” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 62). A escolha dos investimentos e dos métodos de gestão devem ter participação feminina. A partir da melhoria dos sistemas de água é possível pensar numa redistribuição dos papéis sociais entre homens e mulheres, contribuindo para a democratização de sociedades onde a desigualdade ainda está profundamente enraizada.

Em outra escala, observa-se grande desigualdade entre o uso de água feito pelos setores da sociedade: agricultura, indústria e doméstico. Estima-se que as ações desenvolvidas no ambiente doméstico, por mais dispendiosas que sejam, não representam mais do que 10% do total de água consumida pela humanidade. A



indústria representa outros 20%, enquanto a agricultura responde pelos 70% restantes. Todos os setores mencionados apresentaram grandes aumentos no volume consumido, mas a agricultura de irrigação, disseminada pela revolução verde<sup>17</sup>, torna o uso agrícola o mais intenso, conduzindo os homens na busca por fontes de água cada vez mais distantes e profundas. Aquíferos há centenas de metros de profundidade tornam-se objeto de exploração (COSGROVE; RIJSBERMAN, 2000).

O cenário se torna mais preocupante à medida em que se observa anualmente o crescimento econômico mundial, expandindo as relações comerciais e aumentando a demanda por água. Ao mesmo tempo, a revolução verde ainda não assegurou para todos o acesso a alimentos e calcula-se ser necessário triplicar as superfícies irrigadas para chegar a este objetivo. Retome-se a imagem do muro do qual a humanidade se aproxima com grande velocidade: não há certeza do estado em que estará ao ultrapassá-lo.

Essa situação decorre da forma como a economia concebia a água.

Há pouco tempo, para os economistas, a água era, como o ar, um tipo de bem "livre": um recurso infinito em relação às necessidades. Também não é de se espantar que as técnicas empregadas para a agricultura ou a indústria não levem absolutamente em conta uma limitação das quantidades de água. Ora, desde que se questionou mais de perto sobre as realidades da água, percebeu-se que se podia produzir praticamente tudo o que o homem tinha necessidade com bem menos água do que hoje, mas com procedimentos mais caros. Quando a água se torna rara, ela passa a ter um "custo econômico", o que muda todo o jogo, força a reagir e a encontrar soluções novas (CAMDESSUS et al., 2005, pp. 68-69).

E quem está a disposição para enfrentar essa situação? A princípio, tanto para políticos quanto para investidores privados há muito pouco ou nada a ganhar, razão pela qual se afirma que a água está órfã (CAMDESSUS et al., 2005, p. 76).

Os dirigentes políticos têm pouco interesse em realizar empreendimentos onerosos, com longo prazo de construção e de pouco apelo eleitoral. Da mesma forma, evita-se o estabelecimento de iniciativas privadas por envolverem negociações arriscadas, revisões tarifárias e, por vezes, a chegada de grupos estrangeiros, criando uma situação politicamente difícil e ameaçadora. Ao mesmo

---

<sup>17</sup> Denominação para o conjunto dos pacotes de tecnologias agro-industriais com o objetivo de aumentar a produtividade rural que passaram a ser aplicados mundialmente a partir de 1950.

tempo, não se considera a água como um elemento associado às políticas de saúde e educação; trata-se de um assunto secundário, preterido em relação a outros.

Para o investidor privado o setor da água também está longe de ser local de boas oportunidades. “A água é o novo Eldorado que algumas ONGs alteroglobalistas descrevem? Longe disso. O assunto não é tanto limitar o papel dos fiadores privados do que os incentivar a reinvestir no setor da água quando muitos só pensam em sair” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 73). Os problemas apontados são: a grande instabilidade macroeconômica dos países que necessitam de mais investimentos, o que justificaria uma remuneração adicional chamada “prêmio de risco” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 74) e o longo tempo necessário para o retorno dos montantes invertidos, o que expõe o investidor a diversos riscos (mudanças políticas, quebras de contrato, corrupção, etc).

Torna-se urgente a redefinição dos papéis entre esses grandes atores, já que “As políticas deixaram correr e as empresas privadas deixaram passar. Não existe nenhuma organização internacional ou nacional oficial que tenha levantado um dedo. Nenhuma, no plano internacional, de fato, não está realmente encarregada da água” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 76). A oportunidade surgiu graças a uma nova rodada de negociações internacionais, onde também foi possível identificar os “falsos amigos da água” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 111).

### **3.1.3 A redescoberta da água a partir das conferências internacionais**

A Conferência das Nações Unidas de 1972, realizada na cidade de Estocolmo, foi o primeiro momento em que as atenções se voltaram para o estado da água no planeta. Os alarmantes níveis de poluição foram reconhecidos e afirmou-se a necessidade de protegê-la junto com o ar, a terra, a flora e a fauna. Foi sucedida pela Conferência sobre a Água de Mar del Plata de 1977, onde “(...) a retórica tomou amplitude, o texto final afirmando que os homens têm direito à água para satisfazer suas necessidades básicas” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 97).

Os anos entre 1981 e 1991 foram designados como a década internacional de acesso à água e ao saneamento. No final da década, em 1990, realizou-se em Nova Déli a “Consulta Global sobre Água potável e Saneamento”, onde a situação

problemática das mulheres foi pela primeira vez apontada, assim como seu papel na implantação de estratégias de mudança.

Tecendo um balanço, pode-se dizer que

Durante essas duas primeiras décadas, a água mudou de status na consciência dos homens. A Aqua simplex desapareceu! A água não corre mais dentro de uma limpidez de primeira manhã do mundo. Ela não vai mais por si só. Ela não mais é o dom maravilhoso e uma natureza generosa. É um recurso limitado, raro até, universalmente ameaçado na sua pureza e sua disponibilidade (CAMDESSUS et al., 2005, p. 97).

A seqüência foi dada pela Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente de 1992, realizada em Dublin. Esse encontro é reconhecido pela afirmação de quatro princípios sobre a água como balizadores das políticas a serem desenvolvidas por cada país. São eles:

1. A água potável é um recurso finito e vulnerável, essencial para sustentação da vida, do desenvolvimento e do ambiente.
2. O gerenciamento da água deve ser baseado numa abordagem participativa, envolvendo usuários, planejadores e criadores de políticas em todos os níveis.
3. As mulheres cumprem uma parte central na provisão, gerenciamento e preservação da água.
4. A água tem um valor econômico em todos seus usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico (GLOBAL WATER PARTNERSHIP, 2009).

O último princípio é também o mais polêmico. Visa estimular, pela via do mercado, a racionalização do consumo de água nas sociedades.

De um lado, a água e o saneamento devem ser acessíveis a todos, a um preço acessível. Mas de outro, se esse preço não traduzir o valor econômico da água em suas diferentes utilizações, encorajará desperdícios e uma gestão nefasta para o meio ambiente, cujo resultado só pode ser um mau uso dos recursos (CAMDESSUS et al., 2005, p. 98).

Os princípios da conferência de Dublin foram confirmados pela Conferência Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, realizada no Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2008). A Agenda 21, documento gerado na ocasião que funcionou como guia para a formulação das políticas nacionais para o meio ambiente reafirmou a dimensão financeira do problema.

Já no ano de 1996, criou-se o Conselho Mundial da Água (CMA) com o objetivo de fomentar internacionalmente a política da água. Essa instituição foi responsável pela organização do Primeiro Fórum Mundial da Água na cidade de Marrakech em 1997. Decidiu-se na ocasião pela realização de um estudo sobre a água no mundo, incluindo aspectos financeiros. Os resultados foram apresentados no Segundo Fórum Mundial da Água de Haia, realizado no ano 2000, e apontaram a necessidade de se investir US\$ 100 bilhões por ano ao longo de 25 anos em todos os setores da água. Como ponto de partida para solucionar o problema, aponta-se o estímulo aos investimentos privados internacionais, porém com respeito a princípios éticos.

Por fim, a Conferência Internacional sobre a Água de Bonn, realizada em 2001, pontuou a necessidade de estimular novos financiamentos para o setor. O setor público fica responsável pela maior parte dos financiamentos, podendo estabelecer com o setor privado diversas formas de relacionamento, incluindo as Parcerias Público-Privadas onde a propriedade da água continua estatal.

Há ainda três pontos importantes para o sucesso da generalização do abastecimento de água e do saneamento, cada um reforçado também por eventos internacionais. Primeiramente, as parcerias não devem ser entendidas como relações Estado - Estado, mas relações multidimensionais que podem incluir Estados, empresas, organizações não-governamentais e toda sorte de atores da sociedade civil. Em segundo lugar, deve-se reafirmar o papel da política da água na realização dos Objetivos do Milênio, ainda que textualmente não haja referência a esse item. Por último, a política da água deve estar associada a uma política de desenvolvimento sustentável. “Estaríamos errados em esquecer que o desenvolvimento sustentável é antes de tudo desenvolvimento. Será necessário primeiro criar a abundância e, por isso, sermos capazes de sacudir a letargia de muitas economias” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 108).

O mesmo processo tornou possível o distanciamento de idéias que, ainda que bem intencionadas, não se revertem em resultados positivos. São discursos dos “falsos amigos da água”. Se caracterizam pelo simplismo, por apontarem soluções rápidas, imediatas, individuais. Fala-se de reciclagem de águas, redução das perdas nas redes de abastecimento, instalação de canais separados para abastecimento de águas diferentes, visando diferentes usos, de se incentivar as pequenas obras hidráulicas. Porém, “(...) se a água é gratuita ou muito barata, por que querer

carregar seu custo sem se assegurar de receitas correspondentes? Quando o preço da água aumenta em direção a seu nível econômico, observa-se que as evasões diminuem. Jamais o inverso” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 113).

### 3.1.4 Governabilidade, água e desenvolvimento

Fazer da água uma prioridade para todos significa colocá-la como um elemento central no desenvolvimento econômico. Com efeito, não se pode esperar o cumprimento das metas estabelecidas nos Objetivos do Milênio sem que a economia dos países em desenvolvimento cresça num ritmo acelerado e para isso “será necessário aprofundar a relação virtuosa que existe entre a realização de projetos judiciosos em matéria de água e a obtenção de taxas de atividade e de crescimento global superiores” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 129). Demonstrar a viabilidade dessa relação como meio de financiar a infra-estrutura da água no mundo foi o objetivo do “grupo dos sábios<sup>18</sup>”.

(...) a questão dos meios, a questão do dinheiro, não tinha sido colocada em termos tão claros antes daquele dia de fevereiro de 2002 [reunião do grupo]. Quem são esses vinte homens e mulheres que, por comodidade, chamaremos de “sábios”? Na verdade, homens e mulheres vindos dos horizontes mais diversos (...) industriais, representantes de organizações não-governamentais, banqueiros privados ou públicos, especialistas em desenvolvimento, homens políticos. Não têm outra legitimidade que sua competência e sua boa vontade. Não receberam procurações de nenhum governo (CAMDESSUS et al., 2005, p. 133).

Com a noção da grandeza das necessidades em questão, o grupo toma consciência de que a água é um assunto prioritariamente local. “Em matéria de água, somos de uma bacia antes de ser de um país” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 137). Os investimentos, no entanto, circulam livremente pelo mundo, sendo portanto necessário criar garantias para que os investidores se disponham a financiar as obras necessárias.

A chave para isso está na idéia de governabilidade, que “caracteriza as modalidades de exercício de um poder” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 137), um “(...)

---

<sup>18</sup> A composição do “grupo dos sábios” está no Anexo.

modo de gestão e não um sistema de governo. A governabilidade é um triângulo onde estão lado a lado os poderes públicos, os interesses privados (industriais, agrícolas e comerciais), a sociedade civil das associações de consumidores e usuários” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 148).

A governabilidade tem como efeito o fim do monopólio do Estado na função de representar os interesses coletivos. A política da água estaria assim resguardada dos vícios da política comum, estabelecendo novos pontos de equilíbrio entre os atores coletivos: os poderes públicos cumprem a função de legislar sobre a política da água, mas sempre a partir dos costumes dos usuários; as leis do mercado são aceitas pelo Estado, que as regulam mas não restringem; as empresas privadas são constantemente monitoradas pela sociedade civil através de associações de usuários - uma relação típica entre produtores e consumidores - que controlam a qualidade dos serviços prestados (inclusive os preços).

Do ponto de vista do Estado, as outras duas pontas se relacionam enquanto oferta e demanda. O político atua regulando tal relação.

Se a demanda é muito fraca (é o caso típico dos países pouco desenvolvidos no que concerne ao serviço de água, uma das últimas prioridades políticas e financeiras), então os poderes públicos devem provocar a demanda por incitações adaptadas: comunicação, informação, formação, ferramentas econômicas e financeiras, medidas sociais

Se a demanda excede a oferta (exemplo que as populações dos países ricos fornecem em matéria de superproteção sanitária e ambiental), os poderes públicos devem moderar não somente essas exigências, mas igualmente as ofertas que tendem a satisfazê-las (CAMDESSUS et al., 2005, p. 151).

Os investidores privados também exercem, por outro lado, um poder regulador nas relações entre o Estado e a sociedade civil. “O legislador sempre tende a exigir demais do cidadão” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 152). Uma regulação muito rígida significa um custo excessivamente alto, prejudicando o crescimento das empresas e diminuindo a possibilidade de oferta de serviços aos cidadãos. A ausência de regulação, por outro lado, contribui de modo igualmente negativo para a qualidade dos serviços. O setor privado obriga os políticos a tornar claros seus objetivos e que todos os atores envolvidos na política da água estejam cientes das suas obrigações.

### 3.1.5 Os atores e seus papéis

A governabilidade deve ser observada como característica das políticas da água em todas as escalas. Do local ao nível internacional, a equidade entre governos, investidores e consumidores deve ser garantida de modo que nenhum obtenha maioria imediata. A descentralização é, portanto, uma diferença significativa em relação às tradicionais formas de ajuda ao desenvolvimento (CAMDESSUS; WINPENNY, 2003a).

Após a Segunda Guerra Mundial foram criados no Ocidente os mecanismos internacionais de estímulo ao desenvolvimento, notadamente os bancos para o desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina. Alguns Estados repetiram a fórmula dentro dos países. O tipo de relacionamento era estritamente governo ou instituição doadora - Estado interessado. Houve, em decorrência disso, a concentração da aplicação dos recursos obtidos nas áreas centrais, não necessariamente as mais vulneráveis. Localidades com governantes divergentes da administração central ficaram absolutamente abandonadas.

A descentralização visa garantir que as parcerias possam se dar diretamente entre as partes mais necessitadas e as fontes de recursos. Contra a centralização dos investimentos, a alternativa é “dar as responsabilidades e os meios àqueles que estão mais próximos dos problemas concretos - as autoridades locais” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 164). Como o transporte da água eleva consideravelmente o seu custo, as soluções mais baratas são eminentemente locais.

Ainda a favor da descentralização das relações políticas da água está a perspectiva do combate à corrupção. Os credores internacionais não se interessam em investir seus recursos em fontes não-confiáveis. Por essa razão “(...) só se pode aconselhar aos Estados transferir as decisões e os meios para o nível o mais local possível, onde estão situadas as necessidades e as soluções, onde os usuários e os cidadãos podem ver de perto o que acontece” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 170).

Nesse contexto, as funções dos atores sociais se reconfiguram, assumindo a seguinte forma:

*Governos:* continuam como protagonista de maior peso, mas não absoluto como antes. O Estado deve definir uma política sobre água e relacionar os demais atores envolvidos na concretização de suas metas (autoridades locais, investidores privados, instituições de financiamento, organizações não-governamentais e outros), indicando objetivos para cada um. Além disso, o Estado deve prover de recursos as autoridades locais para que elas sejam executoras das ações.

Os governos ainda seriam decisivos na resolução de impasses em bacias hidrográficas compartilhadas entre nações. É preciso construir uma “diplomacia da água” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 172) que torne mais solidárias as relações internacionais sobre água, evitando o acirramento de disputas e possíveis desdobramentos bélicos.

Em relação especificamente aos governos dos países desenvolvidos, aponta-se a importância de rever acordos e diretrizes econômicas globais para adaptá-los aos intuitos traçados entre os Objetivos do Milênio. Isso se aplica particularmente à ajuda, ao governo das instituições de financiamento multinacionais e aos consensos sobre financiamento internacional e exportação de crédito (CAMDESSUS; WINPENNY, 2003a, p. 38).

*Municípios (ou autoridades locais):* definidos os parâmetros nacionais, as autoridades locais (prefeitos ou correlatos) devem analisar a situação de cada comunidade para identificar os serviços que funcionam mal ou que inexistem. Para isso, devem contar com consultorias públicas ou privadas, priorizando a qualidade na escolha.

Em seguida, a autoridade local deve garantir que os empreendimentos hidráulicos construídos sejam explorados e mantidos corretamente, assim como o relacionamento com os clientes seja adequado. O essencial para a comunidade é que “o serviço prestado pelos operadores públicos ou privados seja de qualidade, com o melhor preço” (CAMDESSUS; WINPENNY, 2003a, p. 174).

*Cidadãos:* tornam-se fiscalizadores, atuando até mesmo através de organizações de cidadãos-clientes. Um exemplo pode ser considerado paradigmático.



Nos Estados Unidos, a tutela das explorações privadas dos serviços públicos, quer se trate de água, de eletricidade, de gás ou de telefone, está assegurada no nível de cada Estado por um “regulador” que organiza, sempre que necessário, na ocasião de uma revisão de tarifas, por exemplo, uns hearings; trata-se de reuniões, acessíveis a todas as pessoas envolvidas, onde todos podem vir para cumprimentar um serviço por sua qualidade ou, ao contrário, expressar suas queixas (CAMDESSUS; WINPENNY, 2003a, p. 174).

*Organizações não-governamentais (ONGs):* se numa localidade a relação entre os moradores e as autoridades locais não é suficientemente estreita pode, a princípio, haver certa desconfiança e oposição à chegada de uma empresa prestadora de serviços. As ONGs podem ajudar a contornar esse conflitos levando às autoridades as demandas da população, estimulando a revisão de pontos de vista, assim como mobilizando as forças vivas locais para participarem de seu trabalho.

Um dos fatores do sucesso de uma ONG é a colaboração com outra ONG de um país rico. “No caso de esta última não existir, a primeira tarefa da ONG do Norte é precisamente encontrar as pessoas mais dinâmicas da localidade escolhida e ajudá-las a constituir uma ONG local” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 179).

*Investidores privados:* a situação das áreas mais pobres se agrava a cada momento. O crescimento populacional se dá num ritmo muito mais acelerado nessas áreas do que nos locais mais ricos e mais bem providos de água. As instituições públicas dos países pobres “(...) não estão na medida de enfrentar esses afluxos de populações nem em termos de volumes financeiros, nem de capacidades técnicas a levar pra muitos investimentos gigantescos” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 214). Nesse contexto, o setor privado assume um papel estratégico por ser capaz de mobilizar o mercado financeiro, o conhecimento técnico necessário para cada local e ainda garantir a utilização eficaz dos recursos.

A participação privada no setor da água passou por um pico em meados da década de 90, apresentando gradativas reduções ao se aproximar do início dos anos 2000 (CAMDESSUS; WINPENNY, 2003a). De fato, considerando todos os setores da água, a participação do investimento privado nas áreas mais necessitadas ainda é muito pequena<sup>19</sup>, ao mesmo tempo em que os grandes

---

<sup>19</sup> Em termos percentuais pode ser expressa por cerca de 3% (CAMDESSUS; WINPENNY, 2003).

investidores internacionais demonstram receio em realizar novas inversões de capital. É possível fazer mais, mas para isso serão necessários alguns ajustes.

Os temores dos grandes investidores privados são em grande parte motivados por preocupações com a corrupção endêmica e com a instabilidade política dos países pobres. A retomada dos investimentos depende então de:

- a) Um quadro jurídico sólido e transparente que facilite a atuação de empresas em ambientes estrangeiros;
- b) A existência de órgãos reguladores independentes e de qualidade;
- c) Uma reforma tarifária assegurada contratualmente que mantenha os preços em níveis adequados.

Pela própria natureza econômica do setor da água os grandes investidores ficam expostos a diversos riscos. Em um mundo globalizado o leque de opções de investimentos é enorme e é muito provável que os recursos necessários para obras em infra-estrutura hidráulicas se direcionem para operações mais seguras. A experiência da multinacional francesa Suez na Argentina deve ser tomada como um exemplo negativo: a desvalorização cambial do peso em 2001 teve forte impacto sobre o balanço financeiro da empresa francesa na Argentina<sup>20</sup>.

Com despesas fixadas em moeda estrangeira e receitas em pesos, a Suez buscou equilibrar suas contas reajustando tarifas. A atitude repercutiu mal e o contexto de crise econômica levou o governo argentino a decretar o congelamento das tarifas. A inadimplência cresceu, houve corte no fornecimento de serviços aos devedores e a situação tornou-se insustentável, culminando com a retirada da Suez do setor da água na Argentina. “A repetição de acontecimentos análogos [a esses] acarretaria um golpe fatal em qualquer tentativa de parceria. As vítimas disso seriam, evidentemente e infelizmente, não as grandes empresas multinacionais, mas todos os pobres do mundo” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 216).

Há ainda um segundo tipo de investidor privado. Trata-se de pequenos empresários que atuam, em geral, nas áreas pobres desconectadas das redes públicas de água. Esses conseguem, de certa forma, maior flexibilidade econômica; sua proximidade com o cliente lhe confere vantagens. Mas observa-se também que esses pequenos empresários por vezes impõem tarifas abusivas, formam monopólios e fornecem serviços de baixa qualidade.

---

<sup>20</sup> Cf. <<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/riomaisdez/index.php.832.html>>.

A tarefa para os Estados é então a de integrar os pequenos prestadores privados de serviços da água em suas estratégias nacionais de fornecimento de água e em seus planos de desenvolvimento dos serviços, colocar em prática incentivos para a melhoria dos seus serviços, ao mesmo tempo abrindo o acesso a fontes de financiamento para permitir-lhes investir a um custo razoável (CAMDESSUS et al., 2005, p. 151).

Por fim, é importante ressaltar que a água é mais problemática em dois tipos simétricos: nas grandes metrópoles, onde o incremento populacional vertiginoso desafia os planejadores, e nas áreas rurais mais afastadas. São desafios diferentes, principalmente pela baixa rentabilidade, a princípio, das áreas rurais. O aumento da participação privada no setor da água permitiria, portanto, que melhor se dividissem as tarefas. As áreas metropolitanas ficariam ao encargo dos investidores privados, permitindo ao setor público maior disponibilidade para atuar nas áreas rurais.

*Financiamento privado:* por maior que seja o montante necessário para atingir o objetivo de levar água e saneamento para toda a população mundial, há uma certeza: existem recursos disponíveis. As questões são, portanto, quem detém esses recursos e como compatibilizá-los de acordo com as especificidades de cada caso. Deve-se então avaliar as fontes de financiamento privado disponíveis.

Os fundos de pensão e poupança locais representam uma fonte de investimento importante para esta proposta de política da água. São, ainda que sejam efetivamente muito pequenos nos países subdesenvolvidos, uma reserva em moeda local que poderia financiar parte dos investimentos em infra-estrutura, aliviando o risco da sujeição da economia da água de ter receitas em moeda local frente a dívidas em moeda estrangeira. Infelizmente, mesmo os países em desenvolvimento têm mercados locais muito limitados, as reservas locais são restritas e em geral se destinam aos investimentos de curto e médio prazo. Torna-se necessária a ajuda governamental para a criação de novas perspectivas para o mercado, retirando barreiras legais e criando incentivos.

As grandes instituições bancárias, por sua vez, podem ser consideradas como uma fonte de recursos subutilizada na política da água. Contudo, o cenário atual de instabilidade econômica aponta para uma restrição da oferta de crédito, ou ao menos para um crescimento das exigências impostas aos postulantes. A situação para os países subdesenvolvidos é evidentemente mais difícil.

Ainda assim, é possível que projetos de grande porte e de impacto internacional encontrem amparo em empréstimos comerciais internacionais. São o caso de obras com orçamento superior a US\$50.000.000,00, que oferecem boa possibilidade de remuneração, que tenham riscos comerciais bem identificados e boas garantias contra riscos políticos. “Os bancos aprenderam, durante sua história, a desconfiar dos riscos políticos: a nacionalização, a ruptura de contrato, a desvalorização da moeda, a transferibilidade e a conversibilidade, a guerra, as revoltas e as revoluções (...)” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 209).

Entretanto, projetos de pequeno e médio porte ficam desabrigados. Atender essa parcela exigiria diversos esforços dos grandes bancos e envolveria operações de pequeno valor, mas de grande risco. O que se pode esperar é que as grandes instituições financiem pequenas instituições de micro-crédito, prestando também assessoria técnica quando necessário. Essas pequenas instituições atingiriam os pequenos investidores privados da água que são responsáveis por abastecer áreas em que nem o poder público chega.

*Financiamento público:* os fundos públicos não devem ser vistos simplesmente como instrumentos voltados para áreas em que o setor privado não arrisca investir. O dinheiro público pode ser mais bem utilizado se a política da água for associada à política de desenvolvimento, assim como se através dele forem criados mecanismos de garantia que incentivem investimentos privados.

A ajuda pública ao desenvolvimento (APD), mecanismo de ajuda financeira caracterizado principalmente pela doação de recursos, mostra que há dinheiro público disponível para intervenções no setor da água. Entretanto, é necessário dobrar, no mínimo, o montante investido por todo o mundo em APDs para que se chegue a um nível satisfatório. Também é necessário que esses recursos sejam destinados principalmente para as áreas mais críticas, em geral países da África. As APDs podem ser bilaterais, quando envolvem apenas dois atores (em geral Estado - Estado) ou multilaterais, nesse caso se dando principalmente através das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) como o Banco Mundial e outros bancos regionais como, por exemplo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As Instituições Financeiras Multilaterais ocupam posição de destaque. “Levando em conta a qualidade de seus serviços de estudos, de sua riqueza incomparável em experiências acumuladas durante décadas, elas podem dar o tom

ao conjunto de atores do setor público e a todos os seus parceiros” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 228). É evidente que isso exige que se leve adiante práticas de governabilidade e descentralização, fazendo com que a ajuda chegue aos mais necessitados e evitando riscos de corrupção.

Também é possível que as IFMs lancem recursos com o objetivo de estimular outras intervenções. É o caso das garantias, onde as IFMs se comprometem, através de contrato, a socorrer financeiramente empresas em caso de situações de risco, como desvalorizações cambiais ou catástrofes que aumentem os custos de operação.

Por fim, pode-se estimular a formação de pequenos fundos solidários através de atores sociais não-governamentais de países do Norte para viabilizar projetos em países do Sul. A captação poderá se dar através de voluntariado direto (uma contribuição através da fatura de cobrança de água, por exemplo) ou indireto (via sindicatos ou comitês de bacias hidrográficas) (CAMDESSUS et al., 2005, p. 239).

*Os primeiros beneficiários:* todos que atualmente se encontram abastecidos por redes de abastecimento e saneamento podem ser considerados privilegiados. A realização do sonho de levar água a todos envolve a contribuição desses primeiros beneficiários no sentido da aceitação da tarifação da água de acordo com seu valor econômico, o que ainda hoje dificilmente acontece.

Há uma grande polêmica em torno da tarifação da água.

Há muito tempo, dois princípios se opuseram (...) um queria que a água - este dom gratuito do céu - fosse gratuita para todos (...). O outro princípio - de rigorosa ortodoxia financeira, chamado full cost recovery [prevê] o reembolso integral do conjunto de encargos financeiros, ao preço de mercado, sem nenhum mecanismo público de atenuação, de nivelamento temporário ou de redistribuição dos encargos em função da situação financeira das famílias (CAMDESSUS et al., 2005, p. 185).

O que se propõe para superar esse debate é a tarifação através do princípio de cobertura sustentável dos custos. De acordo com esse princípio, a tarifa deve ser suficiente para cobrir os custos e permitir novos investimentos em infra-estrutura, mas deve ser adequada ao perfil de cada usuário. Em suma, envolve criar classes de usuários de acordo com a situação financeira, aliviando os custos das famílias mais pobres.

Pode-se objetar que essa proposta invariavelmente excluiria as camadas mais pobres da sociedade por insuficiência de recursos para pagar as tarifas. Entretanto, deve-se lembrar que essas pessoas que hoje se encontram à margem das redes regulares de abastecimento estão expostas ao comércio ilegal da água, com qualidade duvidosa e tarifas em geral muito altas.

Esta constatação vem desmentir as afirmações das autoridades segundo as quais seria impossível aumentar o preço da água, pois os pobres, pretendem elas, não poderiam suportá-lo. De fato, os pobres já pagam bem mais do que o preço que resultaria de um aumento de tarifas que permitisse a amortização da condução da água para seus bairros (CAMDESSUS et al., 2005, p. 183-184).

Porém, há de se considerar que os usos domésticos representam uma quantia pequena frente aos outros grandes usuários: indústria e, principalmente, a agricultura. Nestes setores também é preciso tomar medidas no sentido de dar à água o seu valor econômico, coibindo desperdícios e a degradação dos recursos disponíveis. Mas como as próprias tecnologias industriais se apresentam cada dia mais “secas”, o foco inicial deve ser a agricultura, em especial a agricultura de irrigação.

A necessidade de alimentar os grandes (e crescentes) contingentes populacionais leva os países mais pobres “(...) a desenvolver as superfícies irrigadas em condições que mantêm a miséria, secam os rios e os lençóis freáticos e esgotam os parques recursos de água” (CAMDESSUS et al., 2005, p. 188). A alimentação é um fator político estratégico, sua falta pode produzir revoltas incontroláveis. Os governos visam garantir preços baixos através de subsídios agrícolas, entre os quais pode-se encontrar a ausência do repasse do custo da água ao agricultor.

Na prática, porém, ao não se deparar com o verdadeiro preço da água, o agricultor encontra-se livre de qualquer empecilho à adoção de técnicas de alto consumo hídrico. Uma mudança radical seria necessária: ao agricultor, o verdadeiro preço da água; aos consumidores, o verdadeiro preço dos alimentos. Tal reforma apenas pode acontecer de forma gradativa para que a economia em água surja como compensação pela alta dos preços.

### 3.1.6 Uma agenda para concretizações

A distribuição das funções que cada ator deve desempenhar em uma nova política da água deve ser seguida pelo início imediato dos trabalhos. Cada instante que passa as chances de sucesso decrescem. Entretanto, é preciso reconhecer que a aceitação imediata das propostas formuladas é uma utopia. É por isso que o grupo dos sábios formulou uma estratégia de três etapas. Estima-se que o tempo total de realização será de 21 anos (CAMDESSUS; WINPENNY, 2003b).

O primeiro estágio, a ser realizado nos primeiros cinco anos, deve ser a de afirmação de uma organização internacional, preferencialmente a Organização das Nações Unidas ou alguma entidade com seu apoio, como entidade-coordenadora da política da água no mundo. Seu papel deve ser monitorar a realização das Metas do Milênio, disponibilizar informações sobre as ações dos governos, mobilizar a opinião pública e mobilizar recursos financeiros e técnicos (CAMDESSUS; WINPENNY, 2003b).

A segunda etapa deve ser o momento da realização de obras de infraestrutura nas áreas mais pobres. Dez anos depois do início dessa fase deverá ser possível fazer uma avaliação precisa dos ganhos da nova política da água e dos obstáculos que ainda precisam ser vencidos. Se as Metas do Milênio forem cumpridas bem, o número de pessoas desconectadas de redes de abastecimento e saneamento deverá estar reduzido à metade. A terceira etapa, iniciada na seqüência, será o momento de intensificar os esforços para, por fim, atingir o sonho de levar água a toda a população mundial.

## 3.2 ANÁLISE

É importante retomar a idéia de que a análise de discurso de inspiração foucaultiana não trabalha com as mesmas unidades da gramática ou da lógica, ou seja, não se foca em frases ou proposições lógicas, mas nos enunciados. Portanto, é necessário caracterizar os enunciados e verificar em que medida é possível relacioná-los e identificá-los como uma formação discursiva. Precisa-se, ademais, de

cautela para verificar como tais enunciados, atuando em conjunto, relacionam objetos, posicionam sujeitos, conferindo uma materialidade ao discurso<sup>21</sup>.

Nesse sentido, é preciso que a busca se dê por aqueles enunciados que balizam a formação discursiva. São as formulações mais gerais que terminam por situar o discurso dentro do conjunto de saberes, criando uma tematização, uma circunscrição<sup>22</sup>, através dos elementos que evoca como fundamentais. Nesse processo seletivo dá-se a diferenciação em relação a outros discursos possíveis.

### 3.2.1 Um assunto econômico

A proposta caracterizada como hegemônica é enraizada na leitura da conjuntura hídrica atual como resultado do progressivo aumento da demanda mundial por água acompanhada pela tendência inexorável de estagnação da oferta. Em outras palavras, a quantidade de água utilizável para fins humanos disponível no planeta é estável e sua distribuição é naturalmente desigual, enquanto a necessidade de água cresce a cada instante. Ao traçar esse quadro, afirma-se que a água é um *recurso escasso*.

Ao lançar uma questão sobre escassez, o discurso hegemônico introduz a água nos limites da economia política, disciplina construída a partir do século XVIII na Europa<sup>23</sup>. É o que percebe Porto-Gonçalves (2008) quando afirma que

[O] discurso da escassez que nos diz que, embora o planeta tenha três de suas quatro partes de água, 97% dessa área é coberta pelos oceanos e mares e, por ser salgada, não está disponível para consumo humano; que, dos 3% restantes, cerca de 2/3 estão em estado sólido nas geleiras e calotas polares e, assim, também indisponíveis para consumo humano; deste modo, menos de 1% da água total do planeta seria potável, num discurso de escassez de tal forma elaborado que, ao final, o leitor já está com sede.  
(...)

<sup>21</sup> Cf. Capítulo 2.

<sup>22</sup> Registra-se aqui como sugestão que o entendimento foucaultiano sobre a relação entre discursos e saberes se aproxima da definição de territorialidade feita por Sack (1986). Para eles, seus objetos (discurso e território) são instrumentos de exercício de poder entre os humanos, regulando o acesso a determinado elemento (saber \ espaço). Mas deve-se respeitar os limites de toda metáfora, e por isso opta-se por não utilizar um conceito geográfico com propósito distinto do que lhe foi consagrado, evitando o risco de ambigüidade.

<sup>23</sup> Por razões de foco, não se discutirá aqui a constituição da Economia Política como disciplina.



O discurso da escassez está longe de ser neutro ou ingênuo sendo, sim, um discurso interessado. É que a tradição da economia liberal, ao contrário do que pretendia seu maior prócer, Adam Smith, não tem nada a dizer sobre a riqueza, na medida que seu conceito chave é o de escassez que, rigorosamente, é o contrário de riqueza. Afinal, riqueza é o que é abundante e não o que é escasso (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 5-6).

Contudo, mesmo no âmbito da economia política é possível reconhecer diferentes formulações, o que implica, evidentemente, em discursos distintos<sup>24</sup>. No caso do discurso atualmente hegemônico sobre a água, pode-se afirmar que se trata de um discurso economicista<sup>25</sup> malthusiano, como se procura demonstrar a seguir.

O texto de Thomas Malthus denominado *Um ensaio sobre o princípio da população*<sup>26</sup> faz uma série de enunciações a cerca do crescimento da população em relação às capacidades que a Terra tem de abastecê-la. A questão de fundo posta por Malthus é se a humanidade seguirá num curso constante e ilimitado de melhorias e aperfeiçoamentos ou se “está condenada à oscilação perpétua entre felicidade e miséria, e depois de todos os esforços ainda permanece a uma imensurável distância do objetivo desejado” (MALTHUS, 1798, p. 2) (tradução livre).

O Reverendo Malthus presencia um momento de grande transformação na Inglaterra. Diante de seus olhos está uma sociedade em rápido processo de industrialização e, ao mesmo tempo, com o declínio acelerado dos níveis de vida dos trabalhadores (MOREIRA, 2004). Daí a sua preocupação de verificar se a capacidade de abastecer a população é compatível com o seu tamanho. Mas para isso recorre a dois postulados:

Eu creio que eu posso fazer claramente dois postulados.  
Primeiro, que comida é necessária para a existência do homem  
Segundo, que a paixão entre os sexos é necessária e continuará a ser do mesmo modo que é hoje.  
Essas duas leis, desde que nós obtemos qualquer conhecimento sobre a espécie humana, parecem ter fixado as leis da nossa natureza, e, como até agora não se viu nenhuma alteração delas, nós não temos direito de concluir que elas um dia deixarão de ser o que são agora sem um ato de poder imediato daquele Ser que organizou primeiro o sistema do universo, e, pelo bem de suas criaturas, ainda executa, de acordo com leis fixas, todas suas várias operações (MALTHUS, 1798, p. 4).

<sup>24</sup> Amin e Thrift (2000) mostram em exemplos simples o impacto de diferentes teorias econômicas na construção de teorias geográficas.

<sup>25</sup> Pede-se que o termo seja interpretado neste caso como indicação de adepto de certa prática.

<sup>26</sup> Do original em inglês “*An essay on the principle of population, as it affects the future improvement of society with remarks on the speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, an other wirters*”.

São esses postulados que balizam toda a leitura malthusiana. Relacionando-os, Malthus afirma ainda que “(...) a força da população é indefinidamente maior do que a capacidade da terra de produzir sustento para o homem” (MALTHUS, 1798, p. 4-5). Procura ilustrar sua afirmação dizendo que a população cresce numa progressão geométrica, enquanto a produção de subsistência cresce numa progressão aritmética. O mesmo raciocínio pode ser encontrado nas justificativas das propostas do discurso hegemônico. De fato, abstraindo os valores “comida” ou “água”, chega-se a enunciados semelhantes. Começa a surgir então uma superfície de contato que define o que se pode chamar de colateralidade.

As constatações de Malthus a cerca da relação entre disponibilidade e uso de recursos ficam explícitas na sua observação com relação aos Estados Unidos. Segundo ele numa situação

De grande igualdade e virtude, onde modos puros e simples prevaleciam, e onde os meios de subsistência eram tão abundantes que nenhuma parcela da sociedade poderia ter qualquer receio sobre amplo abastecimento para uma família, deixando-se exercer sem controle o poder da população, o acréscimo de seres humanos seria evidentemente muito maior do que qualquer aumento que se nota atualmente.

Nos Estados Unidos da América, onde os meios de subsistência tem sido mais amplos, os modos da população mais puros e conseqüentemente os controles sobre casamentos jovens<sup>27</sup> mais raros do que em qualquer estado moderno da Europa, a população se duplicou em vinte e cinco anos (MALTHUS, 1798, p. 5-6).

Mais uma vez fica clara a vizinhança entre o discurso hegemônico sobre a água e as posições malthusianas. Abundância e falta de controle são sinônimos de um aumento abusivo da demanda. A diferença é que na leitura de Malthus esse incremento ocorre na forma de um aumento objetivo da população, enquanto no discurso sobre a água isso ocorre sobre a forma de desperdício. Por isso divergem em relação às ações a serem tomadas em relação à questão que levantam: no discurso malthusiano, o controle populacional; no discurso sobre a água, a valorização mercantil da água como instrumento disciplinador da demanda.

Tomando-se a distribuição da água como faltamente insuficiente, a única ação que parece possível é tomar medidas restritivas. Contudo, ao encaminhar a água rumo à sua valorização mercado implica em lidar com situações típicas de

---

<sup>27</sup> Nota de tradução: early marriages.

mercados. Em razão disso, cria-se uma distribuição de papéis onde nos extremos se encontram prestadores de serviço, de um lado, e o cidadão-cliente do outro.

### 3.2.2 Entre executores e reguladores

O reconhecimento do valor econômico da água está associado também à idéia de que o setor público é insuficiente em termos de provimento das necessidades básicas à população, observa Porto-Gonçalves (2005). Afirma-se categoricamente que os governos, em geral, não prezam pela eficiência em seus serviços como fazem os investidores privados.

Entretanto, pode-se notar que se trata mais de uma especulação ou de uma leitura de realidade do que propriamente uma constatação. Essa visão de mundo avizinha-se da concepção política neoliberal. Segundo Bresser-Pereira (2009), esta concepção tem como objetivo o fortalecimento do mercado à custa do enfraquecimento do Estado, considerado como a grande instituição das sociedades modernas.

Durante o período entre os anos 1945 e 1990 os Estados-Nações se converteram em Estados democráticos liberais ou Estados Sociais (BRESSER-PEREIRA, 2009). O setor privado concentrava seus investimentos nas indústrias de bens de consumo e no setor armamentista, fazendo com que o Estado assumisse os setores de baixa lucratividade, viabilizando o progresso da economia de mercado e detendo o avanço dos movimentos sociais (CLARK, 2008).

O fim do século XX, porém, foi marcado por mudanças sociais importantes, como o fim da Guerra Fria e a entrada das ex-repúblicas socialistas na economia de mercado. Segundo Clark

O novo ambiente mundial de fim da guerra fria, queda do socialismo real e de alta evolução tecnológica resulta em pressões por outras políticas econômicas ao gosto dos donos do capital. Os Estados Nacionais passam a executar o neoliberalismo de regulação transferindo serviços e atividades à iniciativa privada (via privatização e desestatização), agora atraentes ao capital em face da "redução" dos ganhos com a indústria bélica da guerra fria e dos avanços científicos. A tecnologia tornou lucrativos setores que anteriormente tinham baixa lucratividade, ou não o tinham, e estavam nas mãos do Estado (CLARK, 2008, p. 208).

Os capitalistas atuam promovendo o setor da água à condição de mercado. Têm nas grandes cidades as melhores oportunidades de atuação devido ao tamanho do mercado potencial, ausentando-se das áreas de menor população justamente pela dificuldade de realizar um investimento rentável. A consequência disso é que na proposta hegemônica para a política da água a ação dos Estados tende a ser vista como complementar à do setor privado. Os empresários são os sujeitos centrais da política da água<sup>28</sup>, todos os demais papéis se definem em relação a este.

Criadas as condições para o estabelecimento de um mercado, resta definir o papel do indivíduo. Os indivíduos assumem, nesse caso, um papel de consumidores. Sua ação na política da água se dá basicamente através da relação com as empresas como cliente, sendo a sua satisfação o indicador de referência da qualidade dos serviços prestados<sup>29</sup>.

### 3.2.3 Interdições discursivas

Tornando seu tema um assunto econômico pelo viés da escassez, o discurso hegemônico introduz a água dentro dos limites de uma ciência moderna e, portanto, uma disciplina. A entrada de um tema no conjunto de uma disciplina não se faz de forma aleatória: é preciso submetê-lo a um conjunto específico de regras que lhe darão a forma comum dos objetos que constituem seu domínio (FOUCAULT, 2008b).

Entretanto, as regras que uma disciplina impõe causam igualmente a interdição de outros discursos e, portanto, da ordem que estes se propõem a instaurar. É exatamente esse fato que Porto-Gonçalves em um trabalho intitulado “Água não se nega a ninguém - a necessidade de ouvir outras vozes” (2005) procura por em questão. Para o referido autor, há sobre a água “(...) um discurso com pretensões de cientificidade e que invoca o uso racional dos recursos por meio de uma gestão técnica” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 116) que resulta na redução

---

<sup>28</sup> É interessante observar que na escala internacional o setor da água é dominado por três empresas: Vivendi, GDF Suez e Bouygues-SAUR (RIBEIRO, 2008).

<sup>29</sup> Nota-se certa convergência com as observações de Sanchez (2001) sobre a relação entre os indivíduos e o modelo de cidade que se desenvolve no início do século XXI.

da diversidade de modos de gestão dos recursos hídricos desenvolvidos pelas diversas sociedades ao longo de suas histórias.

No mesmo movimento, ao delimitar o papel de cliente como posição a ser assumida pelos indivíduos, o discurso hegemônico reduz a possibilidade de intervenção direta na obtenção e manutenção de água. Numa realidade assim estabelecida, cada etapa do processo de abastecimento de água seria de atribuição exclusiva das empresas prestadoras de serviço. Isso vai de encontro à pluralidade de práticas sociais existentes nos seios das diversas comunidades humanas.

Por outro lado, as interdições discursivas postuladas pela concepção hegemônica sobre a água apontam para uma partilha isonômica da responsabilidade sobre os recursos hídricos. Todos são responsáveis por manter o sistema em funcionamento correto. Os indivíduos-clientes formam a base e, ao honrar seus pagamentos, mantêm empresas financeiramente saudáveis e dispostas a inverter maiores somas de capital em infra-estrutura, melhorando a qualidade do serviço prestado e justificando a cobrança. Um ciclo virtuoso orquestrado pelo mercado.

Outro aspecto que se pode salientar é o fatalismo apresentado pelo discurso hegemônico. Ao interditar outras vozes, vela-se também a possibilidade de que outras perspectivas sejam anunciadas e, portanto, realizadas.

É possível que a percepção sobre o mesmo fato tenha levado Silva et al. (2006, p. 30) a apontar a “concepção de inescapabilidade forjada pelos propositores da Gestão Racional de Águas com Base na Cobrança”. Os mesmos autores pontuam ainda que a realidade acaba por ser escamoteada, pois perde-se de vista o intenso e crescente mercado de fornecedores de águas existente na atualidade.

#### 4 DISCURSOS EM DISPERSÃO

Delimitados os principais enunciados do discurso hegemônico sobre a crise da água, pode-se proceder à busca por seus elementos entre meios de divulgação. Compreende-se aqui que a efetividade de um discurso depende diretamente da sua dispersão; ao mesmo tempo, afirma-se que o alcance de um discurso dá, de certo modo, a medida de sua abrangência.

Para fins de verificação, propõe-se a análise de três meios de propagação de discursos relativamente autônomos entre si. Cada um relaciona-se a certo público. Foram escolhidos para pesquisa:

- a) Livros didáticos de Geografia;
- b) Trabalhos divulgados em revistas acadêmicas de Geografia;
- c) Marcos legais do arcabouço jurídico brasileiro.

Os livros didáticos foram eleitos por atingir boa parte da população brasileira. Com efeito, os livros didáticos representam a maior parte<sup>30</sup> do mercado editorial brasileiro (FOLHA ONLINE, 2008), não raramente sendo o único tipo de literatura que a maioria da população brasileira tem acesso (VLACH, 1987). Por conseqüência, sua função ideológica tem sido alvo de preocupações dentro e fora da Geografia (DESIDERIO, 2009; FREITAG et al., 1993). Portanto, torna-se um interessante espaço de propagação de discursos. Justifica-se assim a sua escolha como campo de estudos.

Os trabalhos acadêmicos, por sua vez, foram escolhidos como amostra para análise por representar, em tese, o estado da arte do desenvolvimento de um determinado saber científico. É o canal de divulgação das falas dos cientistas, sujeitos que jogam um papel fundamental na sociedade ocidental (LATOUR, 1994).

Finalmente, a opção de analisar os marcos legais brasileiros do entendimento de que estes serão os balizadores para ações no que tange a política da água. Os atores sociais brasileiros estão, de certo modo, sujeitos às legislações vigentes, e as perspectivas que se abrem a partir destas são decisivas para definir um campo de disputas a serem travadas.

---

<sup>30</sup> Em 2008, o mercado editorial brasileiro faturou cerca de R\$3 bilhões. Os livros didáticos representaram R\$1,6 bilhão. O Governo Federal foi responsável por 24% do total de compras.

#### 4.1 LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

O levantamento para essa análise foi realizado em duas bibliotecas públicas. Uma pertence ao Campus São José do Instituto Federal de Santa Catarina, outra à Prefeitura Municipal de São José (SC). Crê-se que a escolha desses locais possibilita uma apreensão mais próxima do que há a disposição da sociedade em geral, sendo desconsideradas, pelas limitações do trabalho aqui empreendido, questões relativas ao acesso, ao poder aquisitivo e outras desigualdades sociais.

Dos acervos disponíveis ao público nos locais escolhidos, verificou-se o livro mais antigo para, partindo da data identificada (1984), escolheu-se uma seqüência de livros. O principal critério adotado foi de optar por um exemplar para cada ano. Não foram consideradas figuras indispensáveis o *autor* ou a *obra*<sup>31</sup>.

No total, foram observados 11 livros. Explica-se, em parte, a diferença entre exemplares e o número de anos desde o livro mais antigo e o momento atual (2010) pela política de compras trienais adotada pelo Governo Federal. Mas, sem dúvidas, as duas bibliotecas mereciam melhores cuidados do poder público, sobretudo a biblioteca municipal.

Através dos trabalhos analisados foi possível identificar dois momentos distintos. O primeiro denominar-se-á como “discursos pré-crise”, onde a água não é apresentada como um elemento em questão. O segundo se caracteriza pela presença do discurso de crise, majoritariamente na concepção hegemônica. Cabe ressaltar que a análise sugere não haver rupturas, mas um processo gradiente de transição rumo ao entendimento de que há uma crise em torno dos recursos hídricos. Entendimento, porém, que surge praticamente sem contestação, como se fosse um consenso espontâneo.

Faz-se presente o discurso hegemônico sobre água através de seus cálculos. No afã de apresentar cientificidade, os livros repetem os mesmos dados, mas não apresentam com a mesma ênfase reflexões sobre os mesmos. Que resultados poderão ser produzidos dessa forma?

Evidentemente, não se pode atribuir inteiramente aos materiais didáticos a responsabilidade sobre o processo educacional. Freitag et al. (1993) observam que os professores são os grandes mediadores dos conteúdos dos livros. Mas

---

<sup>31</sup> Cf. Cap. 2.

desconsiderar o papel dos livros didáticos como meios de propagação de discursos seria acreditar ingenuamente na neutralidade de uma ação, o que é mais grave quando se trata de um produto voltado para a educação.

#### A - O momento pré-crise

Em Moreira (1987), nota-se a existência de uma seção dedicada à Hidrosfera (Unidade VI), dividida em dois capítulos. O capítulo 16 é intitulado “A água na superfície terrestre” (p. 73) e “Os oceanos e mares” (p. 80).

A introdução da Unidade VI da referida obra revela-se um exemplar de discurso pré-crise da água. Nela, afirma-se que

a hidrosfera é o conjunto de águas que existem na superfície terrestre. Felizmente há bastante água na superfície de nosso planeta. Dizemos felizmente porque, como você sabe, a água é importantíssima para as plantas e animais, principalmente para o homem; sem água não existiriam seres vivos (MOREIRA, 1987, P. 72)<sup>32</sup>.

Quantos ousariam fazer a mesma afirmação, sem a mínima ressalva, apenas dez anos depois?

O texto segue com explicações sobre os estados físicos da água (p.73-74), o ciclo da água (p. 74-75), os rios e as formas de aproveitá-los (p. 75-79). O capítulo seguinte, sobre oceanos e mares, assunta sobre navegação, relevo submarinho e movimento dos mares, encerrando com noções sobre erosão costeira.

Há outra passagem relevante para demonstrar a diferença entre o discurso atual e o que havia antes. O capítulo 19, denominado “A humanização da paisagem”, traz uma definição entre recursos renováveis e não-renováveis. A água figura entre os primeiros:

entre os recursos naturais renováveis que se multiplicam por si estão a flora e a fauna (terrestre, aquática continental e marinha). Entre os que não se esgotam facilmente temos a água e o solo. Devido à sua importância, a água e o solo são conhecidos como recursos básicos.

---

<sup>32</sup> “Você sabe que a parte sólida a superfície terrestre forma a litosfera. Você conhece também a atmosfera, que representa a parte gasosa da superfície terrestre. Falta-nos estudar a parte líquida, que constitui a hidrosfera. Depois disso, você terá condições de compreender melhor as paisagens geográficas.

A **hidrosfera** é o conjunto de águas que existem na superfície terrestre. Felizmente há bastante água na superfície de nosso planeta. Dizemos felizmente porque, como você sabe, a água é importantíssima para as plantas e animais, principalmente par ao homem; sem água não existiriam seres vivos” (MOREIRA, 1987, p. 72).



O texto apresentado por Beltrame (1987) apresenta uma estrutura de indexação semelhante ao anterior, ainda que não haja uma seção que reúna os tópicos nominalmente ligados à água. Há uma unidade sobre oceanos e mares e outra sobre águas fluviais, cada um subdividido em dois breves capítulos. Na seqüência surge uma unidade sobre recursos naturais.

Os mesmos elementos passam a figurar o texto, porém em ordem inversa, surgindo primeiro os assuntos ligados ao mar, como o movimento das ondas e correntes oceânicas e o relevo submarino (p. 62-64). Faz-se observações sobre a água em estado sólido (p. 64-65) e sobre o litoral brasileiro (p. 66-68). Sobre rios, o foco está sobre seu papel enquanto agente erosivo e seu aproveitamento econômico, seguido de comentários sobre as principais bacias hidrográficas brasileiras (p. 96-102). Cabe ressaltar que o ciclo da água é trabalhado dentro da unidade que versa sobre a atmosfera (p. 78).

Novamente, não se mencionam, em momento algum, eventuais riscos de escasseamento da água para uso humano. Mesmo quando se discute o aproveitamento dos rios, o que se lê é que “um simples ribeirãozinho pode fornecer beleza, água, peixes e também movimentar rodas-d’água, turbinas para força elétrica e irrigar plantas. Um rio faz coisas incríveis!” (BELTRAME, 1987, p. 98). Quando o assunto são os recursos naturais (p. 104), a água não figura nem entre os recursos naturais renováveis nem entre os recursos naturais não-renováveis.

Igualmente, Adas (1984) não especifica se a água está entre recursos naturais renováveis ou não-renováveis, apesar de colocá-la, junto ao solo, aos minerais e ao Sol enquanto “bens fornecidos pela Natureza” (ADAS, 1984, p. 61).

A situação permanece a mesma quando a leitura se volta para livros do ensino médio (a época 2º grau). O testemunho disso é dado por Nakata e Coelho (1986). A mesma estrutura textual com capítulos sobre oceanos e mares (p. 91), rios e lagos (p. 103) e, *a posteriori*, recursos naturais (p. 194). Nota-se, enquanto particularidade, apenas a menção à água entre os fatores físicos (*sic*) condicionantes da distribuição populacional<sup>33</sup>.

O manual de Geografia do Brasil apresentado por Vesentini (1990) segue uma estrutura textual um pouco diferente. Inicia-se pelas questões sobre o desenvolvimento da sociedade, versando sobre atividades industriais, agrícolas e

---

<sup>33</sup> “Embora suporte grandes variações do meio físico, o homem possui limitações e preferências quanto à temperatura, vegetação, água, solo, relevo etc.” (NAKATA; COELHO, 1986, p. 123).

questões urbanas. Nesse último item, faz-se uma observação sobre o problema de abastecimento de água nas grandes cidades, considerado decorrência da lenta expansão da rede de infra-estrutura em relação ao rápido crescimento das cidades (VESENTINI, 1990, p. 87). A água só foi merecedora de uma seção própria quando o assunto era hidrografia, onde se destaca o potencial hidroelétrico das bacias brasileiras (VESENTINI, 1990, p. 182).

Mesmo o capítulo que se refere à questão ambiental não faz clara menção às preocupações em torno da água. Quando relaciona os problemas ambientais dos grandes centros urbanos, por exemplo, o assunto é tratado apenas obliquamente dentro da discussão sobre alterações climáticas (VESENTINI, 1990, p. 207). Situação análoga é encontrada na discussão sobre problemas ecológicos do meio rural onde, em meio a várias críticas ao uso de agrotóxicos, afirma-se que

Também o uso excessivo de adubos químicos provoca alterações ambientais negativas: com as chuvas, boa parte deles é carregada até os rios, que ficam poluídos; outras vezes, a água pluvial infiltra-se no subsolo, levando até os lençóis de água subterrâneos elementos como cobre, nitratos, fosfatos, etc., que comprometem a qualidade da água usada para o abastecimento de grupos humanos. (VESENTINI, 1990, p. 208).

### B - A afirmação da crise

A transformação da água em um assunto de destaque nos livros didáticos de Geografia pode ser percebida já nas publicações da metade da década de 1990. Passam a ser mais freqüentes os capítulos que enfatizam a água como uma questão ambiental, na mesma medida em que a denúncia da escassez começa a se tornar comum. Não se encontra um exemplar de livro didático dos anos 2000 que deixe de versar sobre o tema.

Se, a princípio, há o exemplo de silêncio absoluto por parte de Garcia e Garavello (1995), há, por outro lado, Vesentini (1996) como portador das novas e más notícias. Apesar de a organização textual continuar muito semelhante à utilizada anteriormente<sup>34</sup>, encontra-se no capítulo intitulado “A degradação do meio ambiente” (VESENTINI, 1996, p. 314) um subtítulo denominado “A poluição das águas” (VESENTINI, 1996, p. P. 319) e um texto complementar denominado “Água: uma escassez anunciada” (VESENTINI, 1996, p. 324). O discurso se caracteriza por relacionar o desgaste ambiental à revolução industrial:

---

<sup>34</sup> Vesentini (1990).

Desde os tempos mais remotos o homem costuma lançar seus detritos nos cursos de água. Até a Revolução Industrial, porém, esse procedimento não causava problemas, já que os rios, lagos e oceanos têm considerável poder de autolimpeza, de purificação. Com a industrialização, a situação começou a sofrer profundas alterações (VESENTINI, 1996, p. 319).

Assim, os danos causados à água listados no texto são eminentemente de origem industrial, como depósitos de plásticos, detergentes e pesticidas, derramamentos de óleos e ainda o lançamento de água aquecida pela sua utilização como refrigerante para maquinários.

Em Moraes (2001), a denúncia fica ainda mais evidente com a existência de um capítulo denominado “O planeta com sede”<sup>35</sup>. O autor expõe a distribuição irregular da água potável na superfície do planeta e acrescenta, a título de agravante, as transformações impressas pelo desenvolvimento econômico dos povos. “Essas alterações se refletem na escassez de água potável em muitas regiões do planeta” (MORAES, 2001, p. 62).

De maneira conclusiva, o autor afirma que

Diante dessa realidade, cientistas têm feito projeções bastante sombrias e alarmantes sobre a disponibilidade de água potável num futuro próximo. Alguns vão mais longe e acreditam que a disputa pelo precioso líquido poderá ultrapassar fronteiras, gerando conflitos armados para garantir a posse de mananciais e reservatórios de água potável (...). Esses prognósticos, inicialmente tachados de alarmistas, vêm se tornando realidade numa velocidade inquietante (MORAES, 2001, p. 62-63).

Na esteira da generalização do discurso, encontra-se ainda em Boligan (2004) uma seção intitulada “Água potável: um recurso ameaçado”<sup>36</sup>. Magnoli e Araújo (2005) assinalam um capítulo destinado à esfera das águas e aos recursos hídricos, enquanto Moreira e Sene (2005) demarcam a questão dentro das conseqüências da urbanização<sup>37</sup>.

Assim, foi possível identificar entre os livros didáticos que o discurso hegemônico sobre água se instala a partir da segunda metade da década de 90. Hoje, praticamente todos os livros didáticos assumem a água como um elemento em crise sob a perspectiva hegemônica. Não foi possível identificar discursos que lidem

---

<sup>35</sup> Capítulo 4.

<sup>36</sup> Boligan (2004, p. 91).

<sup>37</sup> Cf. Moreira e Sene (2005, p. 506).

com a crise da água a partir de perspectivas distintas daquela que parte dos atores hegemônicos globais.

#### 4.2 TRABALHOS DIVULGADOS EM PERIÓDICOS ACADÊMICOS DE GEOGRAFIA

O terceiro meio de propagação de discursos analisado se refere aos canais de divulgação de artigos científicos de Geografia. Se a escolha dos livros didáticos ocorreu em função do alcance junto à população em geral, esta se dá prioritariamente por ser um meio, em princípio, mais sensível às novas tendências que se anunciam nas ciências<sup>38</sup>.

Foi partindo dessa premissa que Suertegaray (2005) lança-se na análise de dissertações e teses produzidas pelos programas de pós-graduação em Geografia do Brasil. Segundo a autora, no nível da pós-graduação a pesquisa e o ensino aparecem de forma indissociável, além de que “(...) os temas investigados expressam atualidades e tendências e, na maioria das vezes, refletem (...) interesses de respostas a questões que instigam os jovens alunos em formação acadêmica” (SUERTEGARAY, 2005. p. 39).

Em outro momento, Suertegaray (2007) já afirmava serem os anais de eventos, os periódicos e os livros as formas mais relevantes de difusão do conhecimento geográfico no Brasil. Assim, opta-se nesse momento por seguir periódicos ligados a programas de pós-graduação, utilizando-se como critério de seleção dos periódicos analisados:

- a) A qualificação atribuída pela CAPES aos periódicos;
- b) A disponibilidade do periódico em meio digital (internet);
- c) A abrangência temática do periódico.

---

<sup>38</sup> Infelizmente, a ciência *stricto sensu* ainda é extremamente restrita no Brasil. Em um país de dimensões continentais, chama atenção o fato de que até o ano de 1996 apenas oito Estados da Federação contavam com programas de pós-graduação, sendo que apenas dois (Rio de Janeiro e São Paulo) contavam com programas de doutoramento. Mesmo com todos os esforços empreendidos pelo Governo Federal, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para expandir a pós-graduação no Brasil, ainda no ano de 2007 havia alguns estados sem programas de pós-graduação em Geografia, a saber, Acre, Amapá, Maranhão, Piauí, Roraima e Tocantins (SUERTEGARAY, 2007).

Aos periódicos selecionados, se acrescentou uma revista científica de reconhecida importância para a Geografia acadêmica brasileira. Trata-se da revista “Terra Livre”, publicação nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Tal decisão se faz necessária e oportuna, pois se trata de um dos periódicos com mais tempo de vida na Geografia brasileira e, ao mesmo tempo, é um dos mais bem qualificados pela CAPES<sup>39</sup>.

A qualificação atribuída pela CAPES surge como critério pela suposição de que periódicos com maiores conceitos tendem a exercer maior poder de atração sobre os pesquisadores que, por sua vez, devem encaminhar a tais revistas seus melhores trabalhos. Já a disponibilidade em meio digital serve como parâmetro de acessibilidade: a informação será relevante na medida em que estiver disponível ao público. Nesse sentido, optar-se-á por periódicos que estejam disponíveis em meio digital.

Por fim, a abrangência temática do periódico deve ser considerada a fim de afastar falsas impressões. A busca deste trabalho se dá em torno de um tema (água e crise). Analisar um periódico especializado tematicamente conduziria à conclusão de ausência ou de onipresença do tema procurado. Por isso, não se analisará periódicos temáticos<sup>40</sup>.

Dados os critérios, chegou-se às seguintes revistas<sup>41</sup>:

- a) Geosul (UFSC) - Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul>>;
- b) Geosp (USP) - Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geosp/>>;
- c) Geographia (UFF) - Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia>>;
- d) Mercator (UFC) - Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br>>;
- e) Revista RA'E GA (UFPR) - Disponível em: <<http://www.geog.ufpr.br/raega/>>;
- f) Terra Livre (AGB) - Disponível em: <<http://www.agb.org.br>>.

Um aspecto a ser sinalizado é a relativa juventude das revistas científicas da área de Geografia no Brasil<sup>42</sup>. As revistas mais antigas entre as que foram

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaPeriodicos.faces>>.

<sup>40</sup> Por exemplo, voltados para Geografia Urbana, Geomorfologia, Geopolítica... ou mesmo recursos hídricos.

<sup>41</sup> Todos os endereços com acesso em 28 de setembro de 2010.

<sup>42</sup> Seguramente acompanhando a já citada expansão tardia da pós-graduação brasileira.

selecionadas são a Geosul, ligada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e a Terra Livre, ligada à Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

O surgimento do periódico Geosul data de 1986, e estão disponíveis em meio digital as edições do primeiro número (1986) ao décimo sétimo (1994) e do vigésimo oitavo (1999) ao quadragésimo oitavo (2010). O curso de pós-graduação em Geografia da UFSC é o mais antigo da região Sul do Brasil. A revista Terra Livre nasceu também em 1986 e continua a ser publicada, apesar da interrupção sofrida entre os anos de 1994 e 1996 e pela pausa no ano de 1998. Conta com 33 números, dos quais, apenas, não estão disponíveis em meio eletrônico as edições 21, 22, 27 e 30.

Na seqüência, observou-se a criação dos periódicos Geosp (1996), situado na Universidade de São Paulo, e RA'E GA (1997) ligado à Universidade Federal do Paraná. Da primeira, estão disponíveis as edições que vão do nº11 (2002) aos recentes nº26 e edição especial (2009). Com relação ao periódico paranaense, todos os 19 números estão disponíveis, publicados entre 1997 e 2010.

A mesma disponibilidade se observa nas revistas Geographia, da Universidade Federal Fluminense, e Mercator, da Universidade Federal do Ceará. O periódico fluminense foi criado em 1999 e possui vinte números publicados, datando o mais recente do ano de 2008, enquanto a revista cearense, iniciada em 2002, tem dezoito edições divulgadas até o ano de 2010.

Aqui se repetirá a idéia aplicada aos livros didáticos em relação à organização do material analisado. Tomar-se-á a ordem cronológica e aceitar-se-á a figura dos autores apenas como figuras através das quais os discursos se dão, sentido social a partir da posição de onde emergem. A certeza de que a posição do cientista empresta ao discurso seu *status* não deve se confundir com a pobreza analítica de empreender interpretações sobre seus dizeres e suas intenções.

Outro dado merece ser considerado: o relativo silêncio da geografia acadêmica. No total, buscou-se entre mais de mil artigos aqueles que manifestamente versavam, de qualquer forma, sobre água. Identificou-se apenas 34 contribuições, dispersas conforme o quadro abaixo:

<b>Periódico e período considerado</b>	<b>Número de artigos disponíveis</b>	<b>Artigos que têm água/recursos hídricos como objeto</b>
Geosul (1986 - 1994)	97	3
Geosul (1999 - 2010)	164	5
Ra'e Ga (1998 - 2010)	220	7
Geographia (1999 - 2008)	120	3
Mercator (2002 - 2010)	197	4
Geosp (2002 - 2009)	142	3
Terra Livre (1986 - 2009)	268	9
Total	1208	34

Quadro 1 - Distribuição de artigos sobre água dentre cinco periódicos ligados a programas de pós-graduação em Geografia e de melhor qualificação junto a CAPES

Tal constatação não deve ser motivo de surpresa. Em verdade, Suertegaray (2005) já sinalizava o amplo predomínio de temas ligados à Geografia Humana no conjunto de trabalhos realizados ao nível da pós-graduação. A água, historicamente ligada à Geografia Física enquanto parte da natureza-máquina (MOREIRA, 2004), não poderia estar entre os assuntos de maior destaque.

Suertegaray (2005) associa, também, a diminuição do número de trabalhos identificados como Geografia Física ao aumento dos que se agrupam na área Ambiental. Contudo, no período de sua análise (2000-2003) os trabalhos da área ambiental e da geografia física somados (525) não superavam o número de trabalhos da Geografia Humana (740).

Apesar disso, cabe ressaltar que apenas cinco dos trabalhos selecionados são de período anterior ao ano de 1998. Por isso, conclui-se que também entre os artigos acadêmicos a água se torna uma questão e um elemento crítico a partir da segunda metade da década de 90. O período anterior (que nesse caso se estende de 1986 a 1997) será denominado como pré-crise.

Uma diferença, porém, pode ser sinalizada no tocante aos trabalhos acadêmicos de Geografia. Diferentemente do que ocorre entre os livros didáticos e entre os marcos legais brasileiros, não se pode estabelecer momentos distintos, formações discursivas que emergem em sucessão, uma após outra. Se há reverberação do discurso hegemônico sobre água, há também vozes dissonantes, além de um tratamento particularmente descritivo, sendo este o tipo discursivo mais antigo identificado.

Assim, a situação será mais bem retratada se for concedido vez a cada tipo discursivo. Ao final, espera-se representar a relativa pluralidade constatada nessa seção do *corpus* eleito para análise.

#### A - Perspectiva descritiva

Entre os poucos registros de trabalhos de Geografia que têm a água como objeto numa fase pré-crise se encontra o artigo de Prates, Manzolli e Mira (1986). Trata-se de um texto que busca traçar um panorama geral da hidrografia do Estado de Santa Catarina, definindo suas grandes vertentes e suas principais bacias hidrográficas.

Definidos os sistemas hidrográficos principais como Vertente do Litoral, composto por bacias que isoladamente drenam para o mar, e Vertente do interior, onde se encontram bacias que drenam para oeste, passa-se a uma descrição sintética de cada uma das bacias hidrográficas principais, incluindo a área da bacia e seu rio principal com seus formadores e afluentes. Também se busca associar a hidrografia aos aspectos geomorfológicos.

É relevante que o homem e a sociedade apareçam nesse esquema como mais um vetor, uma força que, normalmente, age em oposição ao sistema original. É o homem-fator antrópico, típico da concepção moderna de Geografia (MOREIRA, 2004). Ainda assim, as descrições sobre esse fator são notadamente tímidas. Por exemplo, com relação à bacia do Rio Itajaí, afirma-se:

Convém notar também que a acentuada declividade aliada a alta densidade de afluentes facilita o fenômeno periódico das cheias. Não podemos esquecer que, a estes fatos, se junta a ação antrópica. O homem, em Santa Catarina, em especial nestes vales profundos com vertentes escarpadas, retirou o manto vegetal, o que agrava sensivelmente o fenômeno. Baseados nos fatos anteriormente citados e procurando solucioná-los, partiu-se para a construção de barragens com o objetivo de regularizar o volume do débito fluvial. Entre as principais barragens salientam-se as do Itajaí do Sul (Ituporanga), rio dos Cedros (Alto Palmeira) e Ibirama. (PRATES et al., 1986, p. 73).

A mesma lógica parece valer para o trabalho de Silva e Nascimento (1987). Nesse caso, busca-se descrever o balanço hídrico da cidade de Florianópolis (SC). A justificativa do trabalho é contribuir para o conhecimento da realidade local. Não há uma justificativa de ordem social. Não há crise ou disputa em questão.



Não se pode afirmar que tais ações antrópicas não eram alvo de controvérsias. Ao menos é o que se depreende do artigo de Santos (1987), que relata as dificuldades criadas para comunidades indígenas Xokleng, Kaingang e Guarani em Ibirama (SC) a partir da construção de uma barragem. Entretanto, ainda não se manifesta claramente uma crítica ao modo como a sociedade se relaciona com o ambiente, em especial com a água.

Assim também é possível caracterizar o trabalho de Viana *et. al.* (1987) sobre a situação das águas nas bacias do Estado do Paraná. Sua justificativa diz que o comprometimento ambiental se dá em função do mau direcionamento da agricultura. Entretanto, não se discute que agricultura é essa. O trabalho empreendido é de buscar traços de agrotóxicos em águas divididas entre utilizadas para abastecimento humano após tratamento, águas utilizadas para abastecimento *in natura* e águas não utilizadas para abastecimento. Conclui-se que em todas as categorias aproximadamente 70% das águas apresentam traços de um ou mais agrotóxicos.

O passar dos anos não significou que a forma essencialmente descritiva de abordar a questão da água tenha deixado de existir. Ao menos é o que é possível depreender da observação do trabalho de Cunha (1999), que aborda a questão da poluição hídrica em relação ao crescimento urbano em Londrina (PR) a partir de indicadores quantitativos. Soma-se a este os trabalhos de Campos (2004), que realiza um levantamento das águas subterrâneas da Bacia do Paraná, e de Fill *et al.* (2005), que realiza um estudo sobre o balanço hídrico da bacia do Rio Barigüi, no Paraná.

É possível que haja uma perspectiva de repercussão maior entre os objetivos dos trabalhos. Ao menos é o que se depreende ao observar a afirmação de que

não somente estudos científicos expressivos devem ser desenvolvidos (...). Também é necessária a participação da sociedade, através da conscientização do uso racional dos recursos, para que a resposta da natureza sobre as ações antrópicas não traga danos ainda maiores a população [sic] (LUCAS; CUNHA, 2007, p. 40).

Entretanto, os trabalhos sustentam uma posição descritiva, fiéis ao uso de dados quantitativos em seus argumentos. A ação humana permanece caracterizada como força antrópica e antropizante em Lucas e Cunha (2007), assim como em Lucena *et al.* (2008), Machado *et al.* (2009) e Gorayeb *et al.* (2010).

### B - Crise na forma hegemônica

Uma nova forma de apresentar a questão da água pode ser percebida a partir do trabalho de Nascimento et al (1999). Trata-se de uma proposta de educação ambiental temática, sendo que os recursos hídricos aparecem como questão de interesse porque há em nossa sociedade “uma cultura de esbanjar água” (NASCIMENTO et al., 1999, p. 257).

O crescimento populacional leva a projeção de que “em breve teremos um futuro desprovido de água potável” (NASCIMENTO et al., 1999, p. 257). Os resultados apontam para a sensibilização e mudança individual que, numa perspectiva de grupo, encaminham para mutirões comunitários. A partilha isonômica da responsabilidade ganha efetividade diante de um cenário futuro inquestionável.

Também Almeida et al. (2002) enfatizam o crescimento populacional como grande vetor de escasseamento dos recursos hídricos. Afirmam também ser um problema da mentalidade irracional que se criou sobre água. “A verdade é que sempre se pensou a água como um bem abundante e, por consequência, inesgotável” (ALMEIDA et al., 2002, p. 45-46).

A forte degradação das águas também é vista por Carvalho e Rodrigues (2004) como consequência do crescimento populacional. No caso específico das populações mais pobres, agrava-se a situação em função “do baixo nível de Educação Formal e Ambiental da população que habita no entorno das capitais e grandes aglomerados urbanos que vicejam ao longo do espaço geográfico” (CARVALHO; RODRIGUES, 2004, p. 113). A solução passaria por empreender ações de educação ambiental e por uma gestão pautada na idéia de desenvolvimento sustentável, colocando “em pauta a manutenção do desenvolvimento econômico” (CARVALHO; RODRIGUES, 2004, p. 123) e buscando harmonizar sociedade e natureza.

Em outro momento, Dutra et al. (2008), num estudo sobre planos de proteção de aquíferos, oferece grande exemplo do que se denomina como discurso hegemônico. Entre suas conclusões, afirmam os autores que

A preservação da quantidade e da qualidade da água subterrânea, tanto para esta quanto para futuras gerações, depende não somente das ações dos profissionais da área, mas também de cada indivíduo da sociedade, por meio da aquisição de conhecimento básico. Este, por sua vez, permite uma

transferência da conscientização sobre o tema para a população que pode resultar na *preservação do recurso hídrico subterrâneo por ações individuais que, somadas, podem gerar resultados expressivos* (DUTRA et al., 2008, p. 147) (Grifo nosso).

A emergência da concepção hegemônica sobre recursos hídricos não significou um afastamento em relação ao uso de dados quantitativos. O que se observa, conforme exemplifica o trabalho de Robaina et al. (2000), é que tais dados passam a ser organizados em torno dos enunciados principais já descritos. Assim, numa análise sobre a situação do Rio dos Sinos entre os municípios de Novo Hamburgo (RS) e São Leopoldo (RS), o estado precário da água é creditado novamente o aumento populacional e, da mesma forma, ao corte de gastos com controle ambiental promovido pelas empresas da região.

A mesma articulação entre dados quantitativos e enunciados hegemônicos pode ser observado em trabalho sobre a conspiração de águas pela suinocultura na bacia do Rio Quilombo, Santa Catarina, feito por Assis (2004). No caso, argumenta-se que “por ser um bem essencial escasso, torna-se indispensável gerir a água, isto é, assegurar a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais pela valorização da água e dos meios hídricos” (ASSIS, 2004, p. 108). Ao final, novamente a proposta de conscientização das populações envolvidas, onde “a descontaminação das fontes hídricas requer uma ação conjunta por parte de todos esses segmentos” (ASSIS, 2004, p. 120). A escassez também é justificativa para o trabalho de Ruhoff e Pereira (2004), onde, em adição, evoca-se a ideia de uso racional dos recursos hídricos como necessidade premente diante da crise que se constrói a cada dia.

Por fim, do cruzamento entre diagnósticos quantitativos e a perspectiva da escassez emerge a demanda por uma gestão cada vez mais técnica dos recursos hídricos. Assim também se posiciona o trabalho Ruhoff e Pereira (2004), que visa aplicar técnicas de modelagem computacional para a descrição do ciclo hidrológico de uma bacia, e o artigo de Dutra et al. (2008) sobre planos de proteção de aquíferos.

### C - Discursos dissonantes

A pesquisa junto aos trabalhos de pós-graduação em Geografia revelou a existência de um conjunto de discursos que não compartilham os mesmos

enunciados da voz hegemônica. Também não podem ser caracterizados como descritivos, pois estabelecem análises, definem campos de ações e posições para atuação de sujeitos. A maior identificação possível entre eles é o fato serem divergentes em relação ao discurso brandido pelos atores hegemônicos.

O objetivo de combater os atores hegemônicos está presente de forma explícita em Mauro et al. (1991). Discutem, num trabalho surpreendentemente preditivo, a água como fonte de lucros dentro de uma sociedade capitalista dentro da perspectiva de construção de um instrumento de luta pela preservação da bacia do Rio Piracicaba, majoritariamente localizada no Estado de São Paulo.

Suas indagações partem da constatação de que uma área originalmente favorecida por boas condições ambientais enfrentava dificuldades para abastecer sua população com água de boa qualidade. Sinalizam que o incremento populacional tende a tornar a situação mais difícil, mas visam “demonstrar que os interesses do poder econômico podem agravar muito mais a situação” (MAURO et al., 1991, p. 37). Nas próprias palavras dos autores

As empresas que mais poluem as águas quase sempre são as que mais dependem da água para produzir. Observe-se que a água é consumida pelas pessoas para suas necessidades fundamentais de alimentação e higiene. Nas empresas, a água é transformada em uma mercadoria, matéria-prima para a produção. Portanto as indústrias usam a água, pagam o mesmo preço que um cidadão comum e, no entanto, a utilizam para obter lucro (MAURO et al., 1991, p. 54).

A sociedade brasileira seria atravessada pelas contradições inerentes ao seu sistema econômico. Assim,

Tendo em vista que é o trabalho que gera a riqueza, os trabalhadores são os responsáveis pelo fato de o Brasil se constituir na oitava economia mais desenvolvida do mundo capitalista. No entanto são os trabalhadores os que habitam os piores ambientes brasileiros, ou seja, sobram para eles morarem as favelas e os cortiços, as planícies de inundação ao longo dos rios e as encostas de morros, sujeitas a escorregamentos e deslizamentos, os depósitos de lixo doméstico e industrial, as águas poluídas, além das péssimas condições de trabalho (MAURO et al., 1991, p. 40).

Por outro lado, a economia organizada objetivando exportações tornou as terras da bacia do Piracicaba de especial interesse, pois a notável fertilidade de seus solos unida à expressiva disponibilidade hídrica permitiu que se desenvolvessem lavouras de cana-de-açúcar e, posteriormente, de café pela região. A expansão das

lavouras está na raiz, por exemplo, da retirada das matas ciliares, razão para grandes desequilíbrios hídricos, e não significou transformação significativa da situação social da maioria da população brasileira. Pelo contrário, essas questões foram ainda mais agravadas enquanto os benefícios permaneceram nas mãos de elites econômicas (MAURO et al., 1991, p. 46).

Os pontos expostos já sinalizam uma diferença marcante em relação ao discurso hegemônico. Ao invés de uma partilha isonômica de responsabilidades, sugere-se aqui uma sociedade desigual e, portanto, com diferentes níveis de culpas e implicações pelas ações promovidas. Mesmo quando se discute, por exemplo, as dificuldades impostas pela urbanização, não sai de foco que os deslocamentos populacionais são motivados pelo sistema econômico.

Mas as conclusões pontuadas pelos autores são ainda mais contundentes. Nelas, afirma-se que “há de se desenvolver uma mentalidade que reconheça a Natureza como um bem de todos e não como instrumento de maior ou menor lucro. O homem e o poder econômico não podem aspirar ao controle sobre a Natureza, mas encontrar as formas de socializar os bens por ela e nela produzidos” (MAURO et al., 1991, p. 59). Assim, afirma-se que a água é um bem social, não devendo servir de meio para acumulação de capital.

Ainda se expressa que é também uma questão ambiental a necessidade de dar vida digna aos trabalhadores. Através de distribuição de renda e de garantia de emprego espera-se corrigir injustiças ambientais, levando o direito de ter um ambiente sadio a todos. Nesse sentido, a justiça ambiental seria inalcançável pelas regras do mercado, exigindo forte intervenção estatal.

A perspectiva de justiça ambiental também está presente em Porto-Gonçalves (2000). Numa crítica ao projeto de hidrovía Araguaia-Tocantins proposto pelo Governo Federal, o geógrafo afirma que para o mundo empresarial a questão ambiental é apenas um constrangimento a ser superado (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 170). Por outro lado, há uma miríade de saberes ambientais construídos por populações junto aos seus locais que precisam ser respeitados. “Grande parte do equilíbrio hídrico do planeta, por exemplo, se mantém graças à convivência de populações que milenarmente convivem com as florestas tropicais prestando um “serviço ambiental”, sem o que nenhuma prática agrícola de ponta poderia se manter”, exemplifica o autor (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 171-172).

A racionalização advogada pelo discurso hegemônico é assim posta em xeque. Afinal, não seria possível falar em uso racional; no máximo em racionalidades que não podem ser impostas, pois foram erguidas diante de ambientes diferentes entre si e por povos igualmente diferentes.

Argumenta-se ainda que “o Primeiro Mundo [países capitalistas economicamente dominantes] praticamente extinguiu as outras matrizes de racionalidade existentes no interior de seus próprios países quando impuseram a lógica econômico-empresarial como a única lógica” (PORTO-GONÇALVES, 2000, p. 172). Importa, portanto, defender a diversidade de práticas e culturas da água, não de padronizá-las. Não é possível reduzir essas populações ao papel de clientes de serviços.

Barbosa (2000) também sinaliza a existência de intimidade entre populações e ambientes ao apresentar um estudo sobre as relações entre perturbações hidrológicas extremas (cheias e secas) e comunidades do semi-árido brasileiro. Identificou-se a função organizativa dos extremos hídricos junto às comunidades que, ao mesmo tempo, demonstraram possuir conhecimento do ritmo desses eventos, assim como de sua distribuição geográfica. Afirma-se a importância de conviver com a situação hídrica que, a princípio, sugere uma situação adversa. A desigualdade, na verdade, teria origens sociais e se manifestaria através de uma gestão das águas, incluindo obras e intervenções, voltadas para o benefício de poucos, conforme colocam Souza e Suertegaray (2005) e, de modo semelhante em relação ao Cerrado, Mesquita (2009).

A postura crítica em relação à urbanização aparece novamente em Amaral e Mendonça (2002), Rio e Sales (2004) e em Custódio (2005). O modo desigual de desenvolvimento do meio urbano seria, de fato, a origem das limitações encontradas pelo abastecimento de água para a população. Nesse sentido, critica-se, a princípio, o tratamento demasiadamente naturalizante dado pelos cientistas ao ambiente urbano, olvidando-se de suas determinações históricas (CUSTÓDIO, 2005, p. 197).

Outra vertente dissonante tem como foco a própria gestão dos recursos hídricos. “A garantia da água como bem público e direito humano passa impreterivelmente pelo funcionamento dos instrumentos de controle e gestão social das águas”, afirma Medeiros (2005, p. 130) num balanço sobre a atuação de grandes empresas internacionais do setor da água no Estado do Paraná. Põe em

questão a privatização orquestrada pelos mecanismos financeiros multilaterais, como o Banco Mundial, é advoga pela abolição da propriedade privada da água.

A possibilidade de apropriação dos recursos hídricos de modo privado estaria na origem da noção de escassez da água e seria um artifício necessário para sua transformação em mercadoria e, posteriormente, inserção no ciclo de acumulação de capital, afirmam Ioris (2005) e Silva (2008). A adoção de mecanismos de mercado como instrumentos de gestão dos recursos hídricos estaria, na verdade, a serviço de uma aliança estratégica entre agentes econômicos e grupos ambientalistas conservadores (IORIS, 2005). Avaliando o caso brasileiro, afirma-se que

a reforma do setor de recursos hídricos, em particular a introdução da cobrança, não apenas cria condições para a exploração dos recursos sócio-naturais, como também divide a conta da recuperação ambiental com a sociedade como um todo, ao invés de responsabilizar diretamente os causadores da degradação. Desse modo, a cobrança pelo uso da água representa uma solução restrita e temporária para a questão ambiental, deixando sem resposta as contradições entre interesses econômicos e justiça ambiental que sempre caracterizaram o sistema produtivo no país. (IORIS, 2005, p. 134).

Em estudo de caso sobre a implantação de um novo sistema de gestão de águas, Torres e Vianna (2008) mostram o papel relevante da técnica sobre as relações de poder que se estabelecem a partir da apropriação dos recursos hídricos. Apesar de reconhecer a escassez como um dado natural (TORRES; VIANNA, 2008, p. 160), demonstram redes de poder tecidas em torno da água no município de Alagoinha (PB) e concluem, no fim, serem insuficientes as iniciativas de regulação mercadológica da água que desconsiderem a realidade política local. O sistema de distribuição de águas através de pagamentos antecipados rapidamente sucumbiu aos vícios políticos locais, tornando-se, de fato, uma nova ferramenta de dominação política.

Uma perspectiva em escala internacional é colocada por Sant'Anna (2009). A gestão de bacias internacionais envolve um debate sobre soberania estatal e a necessidade de cooperação entre países. A atual ausência de regulações internacionais a respeito é criticada por favorecer os interesses econômicos, submetendo os recursos hídricos à lógica do mercado global, e os interesses militares das nações com maior poderio bélico. Conclui-se ser necessário aprofundar

a cooperação entre países a fim de minimizar os riscos de uma gestão mercadológica.

Por fim, há ainda entre os trabalhos analisados uma preocupação, ora latente, ora manifesta, com relação aos discursos relativos a água. Ioris (2005) sinaliza que a introdução das novas práticas de gestão da água voltadas para o mercado é acompanhada pela construção de uma nova epistemologia da água. Seria uma “sólida campanha de mistificação” (IORIS, 2005, p. 132) que, através do discurso, “impede o questionamento sobre as causas dos problemas relacionados ao uso e conservação de água, omitindo que a sociedade apresenta desigualdades sócio-econômicas e, com uma cobrança universal pelo uso da água, cria-se um canal de perpetuação de injustiças” (IORIS, 2005, p. 132).

O uso dos discursos como instrumentos para a construção de uma política da água também é objeto da atenção de Galvão (2005), que demonstra a construção de posicionamentos ora convergentes, ora conflitantes entre elites políticas do nordeste brasileiro. Sinaliza também a existência de um mito hídrico a serviço das classes dominantes locais que, através de seus representantes políticos no Senado brasileiro, logram obter recursos para intervenções e obras ao seu favor.

#### 4.3 MARCOS LEGAIS

Os dispositivos legais sobre a água em vigor no Brasil têm como referência central a Lei nº 9.433 de 1997, também conhecida como “Lei das águas”. Foi através deste diploma que se instituiu a atual Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e se determinou a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. São delimitados fundamentos, objetivos, diretrizes de ação e os instrumentos de ação.

Não são poucos os que consideram a Lei das Águas uma referência, até mesmo em nível mundial<sup>43</sup>. As definições adotadas com a Lei das Águas são tão relevantes que Hespanhol (2008) reconhece ali um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos. Pode-se inferir, portanto, que uma análise comparativa com

---

<sup>43</sup> Cf. Hespanhol (2008), Porto e Porto (2008) e outros.



marcos legais anteriores, assim como se compara a anatomia do homem à do macaco, nos ajude a por em contraste a relevância dos enunciados que traz consigo.

#### A - O Código das Águas de 1934

É ponto pacífico entre os que se dedicam a estudar a regulação das águas no Brasil que o Decreto Federal Nº 24.643 de 10 de julho de 1934, publicado pelo Governo Provisório amparado no decreto nº 19.398 de 11/11/1930, tendo a frente Getúlio Vargas, é o primeiro marco legal sobre o tema. Isso não significa, entretanto, que antes não houvesse instrumento jurídico aplicado à matéria.

André, Senra e Villela (s/d) afirmam que os primeiros documentos sobre legislação da água remontam ao período colonial, quando as Ordenações do Reino português eram os principais instrumentos jurídicos. Não obstante, a navegação era o principal objeto de regulamentação. Era livre a derivação de águas, mesmo por particulares (HENKES, 2003).

Henkes (2003b) observa ainda as Constituições do Império (de 25 de março de 1824) e Republicana (de 24 de fevereiro de 1891). Para a referida autora, a Carta Magna Imperial foi omissa sobre o tema e em especial sobre as águas superficiais, sobre as quais não há mínimas referências, restando aplicar às águas subterrâneas o mesmo direito de propriedade aplicado ao solo.

“Portanto, se nas terras privadas existissem mananciais de água subterrânea, estes pertenciam aos proprietários do solo. Neste sentido, o artigo 179, da citada constituição assegurava "o direito de propriedade em toda sua plenitude". Não obstante, também era previsto constitucionalmente o direito de desapropriação do patrimônio privado, mediante prévia indenização, quando o poder público julgasse necessária sua utilização. Desta forma, os mananciais hídricos existentes nas propriedades privadas poderiam ser desapropriados pelo poder público, quando este julgasse necessário” (HENKES, 2003b, p. 1).

Já Constituição Republicana de 1891, segundo Henkes (2003b), é caracterizada, do ponto de vista da legislação sobre águas, por estabelecer as competências para legislar sobre a navegação em rios, ainda que não discipline a questão da propriedade dos mesmos. Destina ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre a navegação dos rios que banhassem mais de um

estado ou que se estendessem a territórios estrangeiros, instituindo aos Estados e à União a competência para legislar sobre a navegação interior.

A publicação do Código de Águas marca, porém, o surgimento do primeiro instrumento legal objetivamente destinado às águas. Sua aparição não se dá por acaso: segundo Antunes (2002), a principal intenção do então provisório Governo Vargas era viabilizar a utilização de águas para a geração de energia elétrica com vistas à sua utilização como insumo industrial. As considerações instituidoras dão seu testemunho sobre os propósitos do Código de Águas:

Considerando que o uso das águas no Brasil tem-se regido até hoje por uma legislação obsoleta, em desacôrdo com as necessidades e interesse da coletividade nacional;  
Considerando que se torna necessário modificar esse estado de coisas, dotando o país de uma legislação adequada que, de acôrdo com a tendência atual, permita ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas;  
Considerando que, em particular, a energia hidráulica exige medidas que facilitem e garantam seu aproveitamento racional (BRASIL, 1934).

Apesar disso, o Código dispõe de um bom número de mecanismos voltados para a garantia da conservação das qualidades das águas. Afirma-se inclusive que se trata de uma legislação bastante *moderna* (sic) para a época (POMPEU, 1976), servindo de referência para a elaboração de legislações em diversos países (ANDRÉ; SERNA; VILELLA, [s/d]).

O Código de Águas parte do estabelecimento de três categorias: águas públicas, águas comuns e águas particulares.

Os corpos d'água serão enquadrados dentre essas três possibilidades, que passam a ser articuladas pelo Estado. Assim, são consideradas águas públicas os mares territoriais; correntes, canais, lagos e lagoas navegáveis ou flutuáveis e as correntes que lhes dão origem; fontes e reservatórios públicos; nascentes que por si só constituam o caput fluminis e os braços de quaisquer corrente pública, desde que influa na sua navegabilidade. Uma condição colocada pelo código que chama atenção está no art. 3º: "A perenidade das águas é condição essencial para que elas se possam considerar públicas"; ainda que em parágrafo único haja a ressalva de que águas que ainda serão públicas águas que sequeem com certa intensidade.

As águas comuns, por sua vez, são todas aquelas correntes não navegáveis ou flutuáveis e que não contribuam para estas. Já as águas particulares são as

nascentes e águas situadas em terrenos particulares e que não sejam categorizadas enquanto públicas ou comuns.

O decreto também regulamenta a situação dos álveos e das margens. A propriedade destes dependerá das águas que neles transcorrem sendo particular no caso de águas comuns ou particulares. Estabelece também regras para possíveis conflitos envolvendo aluvião ou avulsão.

Com relação à apropriação, o decreto define as águas públicas de uso comum como propriedade da União quando marítimas, quando em territórios federais (como o antigo Território Federal do Acre), quando servem de limite entre países ou quando correm para estes e ainda na área de 100 quilômetros contígua aos limites da República com outros países, quando as águas são utilizadas como divisa entre Estados e quando transcorrem entre dois ou mais estados. Situação análoga é utilizada para Estados, sendo portanto propriedade exclusiva de algum município apenas no caso de seu curso situar-se totalmente dentro de seus limites.

O Livro II trata do aproveitamento das águas. O art. 34 expressa claramente que “É assegurado o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de águas, para as primeiras necessidades de vida, se houver caminho público que a torne acessível” (BRASIL, 1934). Define-se ainda no livro II a obrigação de prédios inferiores receberem as águas que correm naturalmente dos superiores, a possibilidade de uso das águas por prédios superiores desde que não configure prejuízo para os inferiores, a licitude da coleta de águas das chuvas e a proibição do ato de contaminar águas que não consome, estando que os usuários que necessitam poluir águas, agricultura e indústria principalmente, obrigadas a reparar seus danos junto às partes lesadas. Assim ministram os artigos situados entre 109 e 112 da referida lei:

Art. 109. A ninguém é lícito conspirar ou contaminar as águas que não consome, com prejuízo de terceiros.

Art. 110. Os trabalhos para a salubridade das águas serão executados á custa dos infratores, que, além da responsabilidade criminal, se houver, responderão pelas perdas e danos que causarem e pelas multas que lhes forem impostas nos regulamentos administrativo.

Art. 111. Se os interesses relevantes da agricultura ou da indústria o exigirem, e mediante expressa autorização administrativa, as águas poderão ser inquinadas, mas os agricultores ou industriais deverão providenciar para que as se purifiquem, por qualquer processo, ou sigam o seu esgoto natural.

Art. 112. Os agricultores ou industriais deverão indenizar a União, os Estados, os Municípios, as corporações ou os particulares que pelo favor concedido no caso do artigo antecedente, forem lesados (BRASIL, 1934).

O Livro III é inteiramente destinado à regulamentação da indústria hidro-elétrica. Tem-se com isso que para os sujeitos envolvidos no Decreto Federal N.º 24.643 importa envolver o uso dos recursos hídricos num projeto de desenvolvimento produtivo. Entre definições e exigências para a implantação de tal indústria, fica reforçado o papel regulador da União como emissora de concessões via outorga diretamente pelo Presidente da República com referendo do Ministro da Agricultura ou de autorizações diretamente pelo Ministério da Agricultura. A função reguladora-normatizadora-fiscalizadora da União apenas pode ser transferida aos Estados que apresentem condições para tanto.

Nota-se ainda a visão estratégica sobre o setor quando no Art. 195 estabelece-se que “as autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil” (BRASIL, 1934).

#### B - A Lei das Águas de 1997

No Brasil, a Constituição Federal promulgada em 1988 define no seu art. 21, inciso XIX que compete à União a criação de um sistema de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga dos direitos de uso da água. No que diz respeito ao meio ambiente, a Constituição de 1988 nada diz sobre água. O Código de Águas continuaria em vigor, portanto, como referência para regulação do setor. A nova formulação jurídica só viria a acontecer em 1997.

A lei federal nº 9.433 de 1997 instituiu uma Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e lançou a pedra fundamental para a criação de um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Os fundamentos da PNRH são extremamente simples:

Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

I - a água é um bem de domínio público;

II - a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico;

III - em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

IV - a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades (BRASIL, 1997).

A integração com os sistemas de gestão ambiental (solos, zonas costeiras, etc.) fica caracterizada como diretrizes de ação. Os instrumentos da PNRH são os planos de recursos hídricos, a serem elaborados para o País, para os Estados e por bacia hidrográfica; o enquadramento de corpos de água em classes, visando garantir a qualidade para os usos mais exigentes; a outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos e cobrança pelo seu uso, além da compensação aos municípios.

A outorga dos direitos de uso inclui a grande maioria dos usos, excetuando os de abastecimento de pequenos núcleos rurais e as derivações e acumulações de pequeno porte, consideradas insignificantes. O aproveitamento hidrelétrico aparece agora como apenas um dos usos, pois as outorgas devem prezar pelo uso múltiplo dos recursos hídricos.

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos foi o instrumento adotado para dar ao usuário da água a noção de seu valor de mercado e incentivar a racionalização do uso. Os usos que dependem de outorga estão sujeitos a cobranças, e os recursos arrecadados com a cobrança devem ser, de acordo com a lei, aplicados na bacia que em que foram gerados.

A Lei das Águas estabelece a bacia hidrográfica como unidade territorial para ações sobre recursos hídricos. A regulação do setor passa então a ser feita em um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que envolve:

- a) O Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- b) A Agência Nacional de Águas (ANA);
- c) Os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal;
- d) Comitês de Bacia Hidrográfica;
- e) Órgãos estatais de competências relacionadas à gestão de recursos hídricos (Ministério do Meio Ambiente, por exemplo);
- f) As Agências de Água.

A Agência Nacional de Águas (ANA) veio a ser criada posteriormente pela lei Lei Federal nº 9.984 de 17 de julho de 2000. A legislação citada define a ANA como

“(...) autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos” (BRASIL, 2000).

A lei define ainda as competências da ANA, dentre elas a outorga dos direitos de uso e fiscalização dos mesmos, bem como organizar os dados do Sistema Nacional dos Recursos Hídricos. Em termos efetivos, essa medida acaba por tornar a participação do Estado no setor apenas indireta, uma vez que os usos passam a ser regulados por um órgão autônomo. A União, os Estados e os Municípios participam como integrantes de Conselhos e Comitês junto com outros sujeitos.

### C - Comparando os marcos legais

O Código de Águas de 1934 tem sido apresentado habitualmente como um marco legal ultrapassado (HENKES, 2003). Entretanto, a Lei das Águas de 1997 não se apresenta como marco legal substituinte, e sim aditivo, de modo incorporar elementos recentes ao arcabouço legal brasileiro em matéria de recursos hídricos.

Nota-se que o grande elemento de destaque da legislação mais recente é a aceitação de um valor econômico à água. Não fosse isso, grande parte do marco legal não faria sentido. Pode-se afirmar ainda que, mesmo que de maneira tímida, a legislação recente prepara um mercado de águas brasileiro ao apontar para a cobrança como forma de incentivar a racionalização do uso dos recursos hídricos.

Ainda que a Lei das Águas não deixe dúvidas sobre a propriedade jurídica das águas, definidas pelo inciso I do artigo 1º como bem de domínio público, a possibilidade de cobrança, ainda que sob pretexto de induzir a preservação, abre campo para significação da água como mercadoria. Na prática, a mercantilização avança, e não haverá restrição, por parte dos usuários, a pagar pelo preço, seja ele qual for, desde que haja oportunidade de ganhos no momento da venda de produtos ou da prestação de serviços.

Henkes (2003) afirma que o Código de Águas de 1934 já previa a cobrança por recursos hídricos, dentro dos termos conhecidos como poluidor-pagador: aquele que, em virtude de suas atividades, deprecia determinado corpo d'água deve pagar por isso<sup>44</sup>. Recorrendo ao referido marco legal, encontra-se o seguinte:

---

<sup>44</sup> "Importante mencionar que, muitos instrumentos criados pelo Código de Águas estão sendo adotados pelas atuais legislações, como por exemplo, a cobrança pelo uso da água, prevista em seu artigo 36, §2º; princípio poluidor -pagador, previsto nos artigos 111 e 112 e a responsabilidade civil, penal e administrativa cumulativa, prevista nos artigos 109 e 110" (HENKES, 2003, p. 1).

Art. 36. É permitido a todos usar de quaisquer águas públicas, conformando-se com os regulamentos administrativos.

(...)

§ 2º O uso comum das águas pode ser gratuito ou retribuído, conforme as leis e regulamentos da circunscrição administrativa a que pertencerem.

(...)

Art. 109. A ninguém é lícito conspurcar ou contaminar as águas que não consome, com prejuízo de terceiros.

Art. 110. Os trabalhos para a salubridade das águas serão executados á custa dos infratores, que, além da responsabilidade criminal, se houver, responderão pelas perdas e danos que causarem e pelas multas que lhes forem impostas nos regulamentos administrativo.

Art. 111. Se os interesses relevantes da agricultura ou da indústria o exigirem, e mediante expressa autorização administrativa, as águas poderão ser inquinadas, mas os agricultores ou industriais deverão providenciar para que as se purifiquem, por qualquer processo, ou sigam o seu esgoto natural.

Art. 112. Os agricultores ou industriais deverão indenizar a União, os Estados, os Municípios, as corporações ou os particulares que pelo favor concedido no caso do artigo antecedente, forem lesados (BRASIL, 1934).

Como é possível ver, a legislação fala em retribuição ou indenização. Não se pode estabelecer diretamente que o Código de Águas de 1934 prevê a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o que nos leva a concluir que, no máximo, Henkes (2003) faz, através de seu discurso, uma interpretação, acrescentando-lhe enunciados recentes, numa reação à relativa pobreza enunciativa do discurso anterior<sup>45</sup>.

De modo geral, pode-se concluir que também há, no caso das legislações, uma distinção entre dois momentos: a pré-crise, onde o foco da regulação não se dá com base na questão da escassez da água, e, mais recentemente, a crise instaurada a partir da ótica da escassez e do mercado. Aceita-se a possibilidade de existência de momentos intermediários entre esses dois marcos, representados por dispositivos legais mais pontuais ou de outra escala (estaduais ou municipais). Mas claramente podem-se notar os efeitos do discurso atualmente hegemônico sobre água na Lei das Águas de 1997.

---

<sup>45</sup> Cf. Foucault (2008b).

#### 4.4 SÍNTESE

Para facilitar a visualização da análise empreendida no *corpus* delimitado, pontuam-se a seguir de modo sintético os resultados das observações empreendidas.

- a) O discurso hegemônico, assim caracterizado em função da sua origem social, se faz presente em todos os meios de circulação de discursos analisados. É possível definir a metade da década de 90 do século XX como momento de emergência desses discursos no *corpus* analisado. Os discursos encontrados antes desse momento não colocavam a água como um elemento em crise, por isso foram caracterizados como discursos pré-crise.
- b) No tocante aos livros didáticos de Geografia, observou-se um surgimento progressivo dos elementos característicos do discurso hegemônico sobre água.
- c) Com relação aos marcos legais brasileiros que implicam diretamente sobre recursos hídricos, foi possível identificar que o discurso hegemônico se faz presente, sobretudo através da noção de escassez (ou recurso limitado) e valorização econômica da água.
- d) A análise dos trabalhos acadêmicos publicados em periódicos da área da Geografia indicou, por outro lado, a existência paralela de discursos de diferentes matizes. Assim, há na Geografia acadêmica brasileira minimamente três tipos de discursos: os descritivos (com maior tempo de existência), os que tratam a água como um elemento em crise a partir da ótica hegemônica e aqueles que foram caracterizados como dissonantes por apresentarem elementos que se opõem aos enunciados principais da voz hegemônica. Sintetizam-se a seguir as oposições identificadas.



Discurso hegemônico	Dissonâncias
A água é um recurso naturalmente escasso.	- A escassez é um produto das relações sociais (IORIS, 2005), Souza e Suertegaray (2005), Mesquita (2009).
Os recursos hídricos devem ser tratados como bens dotados de valor econômico e serem geridos com instrumentos de mercado.	- A água é um bem social e sua gestão não deve ser diretamente fonte de lucro para empresas (MAURO et al., 1991).
O setor público, representado pelos Estados, é insuficiente para lidar com a gestão da água. O setor privado é mais eficiente.	- A lógica mercantil elimina saberes construídos em relações íntimas com o ambiente (PORTO-GONÇALVES, 2000). - Os Estados devem ser soberanos e cooperar para evitar abusos de atores econômicos globais (SANT'ANNA, 2009).
É preciso construir uma gestão técnica e promover o uso racional dos recursos hídricos.	- O equilíbrio hídrico do planeta se manteve graças a saberes diversificados construídos por populações de acordo com seus ambientes. São racionalidades que devem ser preservadas. (PORTO-GONÇALVES, 2000; BARBOSA, 2000). - Há exemplos concretos de deficiências na gestão técnica de recursos hídricos (TORRES e VIANNA, 2008).
Todos são responsáveis pela degradação dos recursos hídricos. A superação da crise passa pela conscientização da população sobre como utilizar corretamente a água.	- Em sociedades marcadas por desigualdades sociais, as responsabilidades são também diferenciadas. As elites econômicas são as maiores responsáveis pela degradação dos recursos hídricos (IORIS, 2005; SILVA, 2008). - A superação da crise começa pela superação das desigualdades sociais e ambientais. (MAURO et al., 1991). - A população é alvo de um projeto de mistificação sobre as reais causas da crise da água, o que contribui para perpetuar estruturas sociais perversas (IORIS, 2005; MEDEIROS, 2005; GALVÃO, 2008).

Quadro 2 - Comparação entre elementos do discurso hegemônico e contrapontos encontrados em trabalhos acadêmicos de Geografia

## 5 CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES PARA UM ENTENDIMENTO CRÍTICO SOBRE A QUESTÃO DA ÁGUA

A análise de discurso aqui empreendida tomou como desafio a construção de um instrumento teórico capaz de se afastar objetivamente e metodologicamente de iniciativas interpretativas. Considerou-se a produção de discursos como uma ação que traz em si mesma objetivos e que possui sua própria efetividade. Os discursos são um dado da materialidade (embora incorporal), pois são empreendimentos que estabelecem campos de ação, definem posições e atribuem legitimidade ou não aos sujeitos sociais.

O discurso não é apenas o reflexo ou a refração ideológica de uma realidade oculta. Não se pretende invalidar iniciativas interpretativas, mas estimular uma oportunidade de trabalho diferente entre as análises discursivas. Nesse sentido, os trabalhos de Foucault (*op. cit*) podem ser considerados boa fonte de recursos. Entende-se que os conceitos oferecidos, especialmente as noções de enunciado, formação discursiva e de interdições discursivas foram importantes para a efetivação desse trabalho.

Assim, foi possível caracterizar o discurso socialmente hegemônico através de elementos-chaves. Mesmo utilizando autores específicos como referência, acredita-se que se chegou a um nível satisfatório de delimitação do objeto de análise, focando-se especificamente no discurso e não nos autores ou em suas obras. Tornou-se possível, portanto, uma análise de discurso que não seja uma história das idéias e de seus idealizadores.

O exame crítico das colocações feitas pelo discurso hegemônico revelou que por ele e com ele se ergue a perspectiva que visa os recursos hídricos, em primeiro lugar, do ponto de vista econômico malthusiano. Dessa operação emana a compreensão de que a população, considerada como conjunto universal de seres humanos, cresce desordenadamente e, assim, faz crescer a demanda por água. Do outro lado, o crescimento da oferta não se dá no mesmo ritmo devido a ineficiência do setor público, ao desconhecimento do real valor econômico da água e ao desperdício.

Diante de um problema com termos definidos por essa ótica, evidencia-se a necessidade de introduzir novas práticas de gestão dos recursos hídricos. Legitima-se assim o incentivo à participação de empresas privadas no setor da água.

Por outro lado, define-se um novo papel para o Estado e para o indivíduo social. Ao primeiro, caberá fiscalizar as operações, enquanto ao segundo resta o papel de cliente que, ciente do valor econômico da água, deverá aceitar a apropriação privada desse recurso como forma de evitar desperdícios e maximizar seu aproveitamento. O preço pago pela água será a garantia de um sistema financeiramente saudável e capaz de levar o abastecimento a todos, argumenta o discurso hegemônico.

A busca por discursos sobre água no *corpus* delimitado para este trabalho revelou a ocorrência de elementos do discurso hegemônico junto à sociedade brasileira, especialmente a partir da segunda metade da década de 90 do século XX. Entre livros didáticos, marcos legais e trabalhos acadêmicos da área da Geografia, os enunciados fundamentais da visão hegemônica se fazem presentes e ganham efetividade.

Em termos de cultura da água, pode-se concluir que assim se prepara a passagem para um novo momento da gestão das águas no país. A cultura da água como recurso escasso e dotado de valor econômico significa, na prática, a absorção do sistema hídrico pelo capitalismo. Pode-se inferir que as questões que envolvem de culturas capitalistas de mercado chegarão também ao sistema hídrico caso a perspectiva projetada pelo discurso hegemônico se efetive.

A generalização da fala dominante é tamanha que sugere certo consenso. Passada uma fase pré-crise, onde a água não era posicionada como objeto sob tensão social, em todos os meios analisados encontrou-se reverberações dessa hegemonia.

Porém, este trabalho também revelou haver, especificamente entre os trabalhos acadêmicos de Geografia, elementos que se opõem dentro da própria ordem do discurso e abrem a perspectiva de construção leituras alternativas sobre a questão da água. Se não formam apenas um discurso contrário ao hegemônico é porque um de seus valores fundamentais é a pluralidade de visões. Tratam como imperativa a necessidade de ouvir outras vozes (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Assim, pode-se inferir que a disputa sobre a questão da água está em andamento, também, dentro do próprio campo do discurso, onde as frentes de

batalha se definem dia após dias e envolvem sujeitos distintos. Por isso, aponta-se não a existência de um discurso alternativo ou contra-hegemônico, mas discursos alternativos e contra-hegemônicos no sentido de serem falas que partem de posições distintas daquelas que formularam a fala atualmente dominante.

Esse trabalho tem a pretensão de somar-se a essas falas contra-hegemônicas. Por isso, serão pontuados, a título de contribuições, elementos que se acredita serem capazes de subsidiar leituras alternativas sobre a questão da água.

## 5.1 REVENDO A NOÇÃO DE ESCASSEZ

Sendo um dos pilares do discurso hegemônico, a noção de escassez exige problematização por parte daqueles que buscam uma compreensão diferente para a questão da água. Um discurso que situe socialmente a noção de recurso escasso certamente contribuirá no sentido de definir horizontes de atuação transgressores das perspectivas atualmente postas, ou seja, para além da regulação mercadológica.

Primeiramente, deve-se considerar que a idéia de escassez não é recente e também não surgiu no bojo das discussões sobre recursos hídricos. Com efeito, no fim da década de 70 do século XX Perelman, economista americano, já protestava no periódico *Antipode* contra o conceito de recurso natural escasso. Em suas palavras,

*Terms such as scarcity, shortage or depletion conjure up images of technical needs. They suggest that if only we had more oil or better methods for handling resources, then problems would disappear. This perspective leads us in circles. Each new technique is followed by new problems and new techniques* (PERELMAN, 1979, p. 86)<sup>46</sup>.

Ainda Perelman (1979) afirma que o conteúdo social da escassez muda significativamente de acordo com o contexto social. Caberia, portanto, investigá-lo e explicitá-lo discursivamente a fim de definir termos não-tautológicos.

---

<sup>46</sup> “Termos como escassez, falta ou depleção invocam imagens de necessidades técnicas. Eles sugerem que se apenas tivéssemos mais petróleo ou melhores métodos para gerenciar recursos, então os problemas desapareceriam. Essa perspectiva nos conduz a círculos. Cada técnica é seguida por novos problemas e novas técnicas” (PERELMAN, 1979, p. 86) (Tradução livre).

Pode-se considerar que a noção de escassez que impregna o discurso da água é própria da sociedade capitalista. Ainda que seja apresentada como fenômeno natural, trata-se, em verdade, do resultado das contradições próprias do capitalismo. É o que se depreende das análises apresentadas por Marx (1999) sobre os efeitos da flutuação nos preços das matérias-primas. Embora tal discussão exceda os objetivos deste trabalho, algumas observações são de grande importância para uma compreensão alternativa sobre a questão dos recursos hídricos.

É oportuno contextualizar a leitura de Marx, que põe seu foco sobre a economia capitalista do século XIX, a fim de demonstrar a abrangência de suas observações e “desnaturalizar” por definitivo a noção de recurso escasso.

No século XIX, as principais fontes de algodão para o setor têxtil inglês estavam nos Estados Unidos. A rápida expansão industrial já causava oscilações no preço da referida matéria-prima, mas o início da Guerra Civil Americana praticamente interrompeu o fornecimento de algodão americano, provocando a chamada “fome de algodão” (MARX, 1999), colocando as indústrias do noroeste da Inglaterra em sérias dificuldades.

Em reação, os capitalistas passaram a utilizar algodão indiano da região de Surate. Por ser mais grosseiro e de menor rendimento, esse material, pouco valorizado até o momento da crise, foi absorvido, enquanto industriais ingleses clamavam e se associavam por uma forma de garantir o fornecimento regular de matéria-prima. Com relação a esse aspecto, Marx não hesita ao afirmar que, passado o período de forte alta dos preços, a lógica competitiva de busca pelo preço mais baixo retorna e

*All thought of a common, all-embracing and far-sighted control of the production of raw materials gives way once more to the faith that demand and supply will mutually regulate one another. And it must be admitted that such control is on the whole irreconcilable with the laws of capitalist production, and remains for ever a pious wish, or is limited to exceptional co-operation in times of great stress and confusion (MARX, 1999)<sup>47</sup>.*

---

<sup>47</sup> “Todo pensamento de um controle comum, abrangente e de longo prazo da produção de matérias-primas dá lugar mais uma vez à fé de que demanda e oferta vão mutuamente regular uma a outra. E deve-se admitir que tal controle é completamente inconciliável com as leis da produção capitalista, e permanece sempre um desejo piedoso, ou é limitado a uma cooperação excepcional em tempos de grande tensão e confusão” (MARX, 1999) (Tradução livre).

No terceiro volume de sua obra-maior *O Capital*, Marx (1999) enfatiza que o preço das matérias-primas influencia, de modo inversamente proporcional, a taxa de lucro da produção capitalista. Entretanto, o autor amplia o alcance da sua análise ao especificar o que pretende nomear por matéria-prima

*The raw materials here include auxiliary materials as well, such as indigo, coal, gas, etc. Furthermore, so far as machinery is concerned under this head, its own raw material consists of iron, wood, leather, etc. Its own price is therefore affected by fluctuations in the price of raw materials used in its construction (MARX, 1999)<sup>48</sup>.*

Conclui-se, portanto, que a água está contemplada na análise marxiana, assim como todos os materiais naturais aplicados ao processo produtivo. Com efeito, ao participar da produção social capitalista, a água será incorporada enquanto capital constante, ora fixo (ao participar da construção de instrumentos de produção), ora variável (ao servir de ingrediente para produção de mercadorias-finais).

Como a taxa de lucro é, de modo simplificado, a razão entre a mais-valia e o valor total investido em capital, pesa pela sua redução diminuição a elevação no preço das matérias-primas, ou seja, o aumento do valor do capital constante. Isso explica o quão importante é, para a atividade capitalista em geral, a manutenção de preços baixos para matérias-primas. Também explica como as importações contribuem para manter a taxa de lucro pelo seu efeito sobre o preço dos materiais disponíveis em determinado mercado e utilizados no processo produtivo (MARX, 1999).

De fato, fortes flutuações no preço das matérias-primas podem mesmo causar catástrofes no processo produtivo. Isso porque, segundo Marx, enquanto capital circulante, as matérias-primas repassam inteiramente seu valor para o produto final, enquanto o capital fixo repassa seu valor proporcionalmente ao uso feito durante a produção de mercadorias. Ou seja, uma alta violenta no preço da água no intervalo entre dois ciclos produtivos, agrícolas ou industriais, pode colocar em cheque o processo de acumulação, posto que os ganhos obtidos durante o primeiro ciclo podem não ser suficientes para sua reprodução, ao menos não na mesma magnitude.

---

<sup>48</sup> “As matérias-primas aqui incluem materiais auxiliares também, tais como índigo, carvão, gás, etc. Além disso, considerando-se o maquinário por este ponto de vista, seus próprios componentes consistem em ferro, madeira, couro, etc. Seu próprio preço é portanto afetado por flutuações no preço das matérias-primas usadas em sua construção” (MARX, 1999) (Tradução livre).

Igualmente, é correto afirmar que o desenvolvimento do capitalismo tende a fazer crescer proporcionalmente o capital fixo frente ao capital variável. Na prática, significa um aumento nos investimentos em maquinários e instrumentos de produção, o que leva o ritmo de crescimento da demanda a ser mais acelerado do que a elevação da oferta de matérias-primas. Assim, pode-se ver que o próprio processo de acumulação de capital pressiona e encarece matérias-primas, e a economia liberal passa a enxergar esses materiais como recursos escassos.

Marx (1999) aponta que a alta nos preços de matérias-primas faz com que: 1) se busquem novas fontes em distâncias cada vez maiores, já que o alto valor compensa os custos de transferência (frete); 2) se aumente a produção\extração de matérias-primas, o que sofre contingências naturais; 3) se faça maior uso dos resíduos e de materiais substitutos. Naturalmente, pode-se relacionar essas observações com o que se constata, hoje, em termos de gestão e mercado de recursos hídricos. O crescente interesse pela reutilização de águas (chamadas águas de reuso), a exploração de aquíferos de grande profundidade e a criação de mercados de águas testemunham a favor da teoria marxista.

A necessidade de implantar novas práticas de gestão junto com a crescente valorização mercantil sugere que, seja como insumo agrícola e industrial ou como meio de vida da população, a água está a se tornar um problema para a atividade capitalista, comprometendo sua taxa de juros. A questão da água se redefine. Sua escassez relativa é fruto de relações sociais específicas e, portanto, superáveis. Ao mesmo tempo, o agravamento da conjuntura revela-se fruto do aprofundamento das relações capitalistas sobre o setor.

A gravidade da situação pode ser mensurada através de uma observação paralela sobre a situação do petróleo. Moreira (1983) observa que os grandes monopólios controlam as principais fontes e o comércio internacional de matéria-prima de modo a garantir condições de lucratividade. Objetivamente sobre o ouro negro, afirma que

Despojados do controle das fontes principais do combustível, nacionalizadas pelos governos árabes, os monopólios petrolíferos, em maioria norte-americanos, fomentam a crise. Visam com isto elevar os preços baixos do petróleo árabe aos níveis mais elevados do petróleo americano, majorados pelo esgotamento das reservas mais ricas e acessíveis, tornando em consequência compensadora sua exploração (MOREIRA, 1983, p. 211).

Compreende-se, assim, a origem social da noção de recurso escasso, bem como se desmistifica a idéia de consenso em torno da conservação da natureza, posto que isso não é de igual interesse aos diferentes sujeitos sociais. Ao mesmo tempo, lançam-se fundamentos para uma crítica radical da forma como a sociedade capitalista se relaciona com a água. Como efeito dessa releitura, pode-se esperar que a crítica se desloque do nível da gestão e do planejamento para as relações sociais como um todo.

## 5.2 CULTURAS DA ÁGUA E MERCADO

O objeto deste trabalho, o discurso de escassez de recursos hídricos, se insere num conjunto maior denominado cultura da água<sup>49</sup>. Agora, Cientes da origem social da noção contemporânea de escassez, pode-se apontar conseqüências culturais de sua imposição.

A importância cultural da água objetiva-se à sua valorização mercantil. Com efeito, ainda que globalmente valorizado, o recurso precisa ser apropriado localmente. É uma matéria inscrita no território e na sociedade. E estes territórios e sociedades que estão ameaçados pela substituição de suas culturas da água por uma cultura de mercado.

A mentalidade mercantil e privatista, que crê no mercado como instituição capaz de organizar a sociedade de modo ótimo, tem subestimado “(...) as múltiplas experiências que a humanidade nos legou e que o primeiro-mundismo não nos deixa enxergar” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 446). As ricas culturas da água, dotadas de diversos mecanismos de regulação do uso dos recursos hídricos, tem sido forçadamente substituídas por práticas supostamente racionais.

Uma interpretação alternativa da questão da água deve seguir outros preceitos. A superação dos desafios postos com relação ao ambiente devem se apoiar nas experiências diversas construídas pela humanidade. O resgate das culturas hídricas emerge como uma das principais tarefas dentro dessa ótica. Dentro dessa perspectiva, Vargas e Piñeyro (2006) propõem: estudos etnográficos e sociais

---

<sup>49</sup> Cf. Capítulo 2.



em diversos territórios, confecção de inventários das tecnologias campesinas e indígenas atuais, estudos sobre os primeiros relatos ameríndios e o estudo de campo sobre os usos da água.

A injustiça ambiental é também uma manifestação da profunda tirania com populações subjugadas pelo pensamento ocidental dominante. Considera-se, por conclusão, que o fim de tamanha iniquidade dependerá também da libertação dos modos de apropriação e expressão cultural da realidade, razão pela qual se aponta a relevância da defesa irrestrita em relação às iniciativas de hegemonização cultural sobre a água, incluindo seus aparatos discursivos.

## REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. **Geografia**: noções básicas de Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 1984.

ALLÉLY, Didier; DREVET-DABBOUS, O.; ETIENNE, J.; FRANCIS, J.; MOREL À l'HUISSIER, A.; CHAPPÉ, P.; VERDELHAN-CAYRÉ, G. **Eau, genre et développement durable**: experiences de la cooperation française en Afrique subsaharienne. Nogent sur Marne: GRET, 2004.

ALMEIDA, Flávio Gomes de; BORGES, P.; CHAGAS, D.; QUEIRÓZ, M.; SANTOS, C.; SILVA, C. Importância estratégica da água para o terceiro milênio. **Geographia**, Niterói, v. 4, n. 8, p. 45-56, 2002.

AMARAL, Sônia Burmester do; MENDONÇA, F. Recursos hídricos e urbanização: a problemática da RMC/Curitiba-PR. **Mercator**, Fortaleza, n. 02, p. 135-157, 2010.

AMIN, Ash; THRIFT, Nigel. What kind of economic theory for what kind of economic geography? In: **Antipode**, v. 32, n. 1, p. 4-9, 2000.

AMORIM, Paulo. A crise da água nos livros didáticos de Geografia. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Porto Alegre: AGB, 2010. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=3941>>. Acesso em: 10 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Considerações críticas sobre a questão da água. Considerações críticas sobre a questão da água In: **Anais do XXVII Encontro Estadual de Geografia**. Porto Alegre: AGBPA, 2007.

\_\_\_\_\_. Construindo objetos científicos: o caso da água na Geografia acadêmica brasileira. **Geografia. Ensino & Pesquisa**, v. 12, p. 29 - 43, 2008.

\_\_\_\_\_. Em busca de uma cultura da água na geografia brasileira. In: **Anais do VI Encontro de Geógrafos da América Latina**. Montevideú: EGAL, 2009. Disponível em: <[http://egal2009.easyplanners.info/area07/7309\\_de\\_Amorim\\_Paulo\\_Henrique.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area07/7309_de_Amorim_Paulo_Henrique.pdf)> Acesso em: 20 jul. 2010.

ANTUNES, Pedro. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 6ª. Ed, 2002.

ASSIS, Fabiola Oro. Bacia hidrográfica do Rio Quilombo: dejetos de suínos e impactos ambientais. **Ra'e GA**, Curitiba, v. 8, p. 107-122, 2004.

BARBOSA, Cleto. Perturbações hidrológicas vs. comunidades riparianas no semi-árido brasileiro. **Geosul**, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 46-64, 2000.

BELTRAME, Zoraide Victorello. **Geografia ativa: geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

BENITEZ, Flávio. Instituições e discurso: reflexão sobre o sujeito e o poder em Foucault. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 79, 2007. Disponível em: <[www.espacoacademico.com.br/079/79benites.htm](http://www.espacoacademico.com.br/079/79benites.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2008.

BOLIGAN, Levon. **Geografia: Espaço e vivência**. São Paulo: Atual, 2004.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142009000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 ago. 2009.

CAMDESSUS, Michel; BADRÉ, Bertrand; CHERÉT, Ivan; TÉNIÈRE-BUCHOT, Pierre-Frédéric. **Água: oito milhões de mortos por ano: um escândalo mundial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMDESSUS, Michel; WINPENNY, James. **Financing water for all: executive summary**. Kyoto: EMWIS, 2003b. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2008.

CAMDESSUS, Michel; WINPENNY, James. **Financing water for all: report of the World Panel on Financing Water Infrastructure**. Kyoto: EMWIS, 2003a. Disponível em: <[http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/Library/Publications\\_and\\_reports/](http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/Library/Publications_and_reports/)>. Acesso em: 30 abr. 2008.

CAMPOS, Heraldo. Águas subterrâneas na Bacia do Paraná. **Geosul**, Florianópolis, v. 19, n. 37, p. 47-65, 2004.

CARVALHO, Osires; RODRIGUES, F. Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável (escala de necessidades humanas e manejo ambiental integrado). **Geographia**, Niterói, v. 6, n. 12, p. 67-86, 2004.

CLARK, Giovani. Política econômica e Estado. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, 2008. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142008000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 ago. 2009.

CORTAZAR-RODRÍGUES, Fancisco Javier. La génesis de un concepto. In: **La sociologia de la cultura de Pierre Bourdieu**. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1993. p. 7-16.

COSGROVE, William J.; RIJSBERMAN, Frank R. **World water vision: making water everybody's business**. Londres: Earthscan, 2000.

CUNHA, Fábio César Alves da. Crescimento urbano e poluição hídrica na zona norte de Londrina-PR. **Ra'e GA**, Curitiba, v. 3, p. 213-228, 1999.

CUSTÓDIO, Vanderli. Inundações no espaço urbano: as dimensões natural e social do problema. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 24, p. 193-210, 2005.

DESIDERIO, Raphaela. **O ambiental nos livros didáticos de geografia: uma leitura nos conteúdos de geografia do Brasil**. Montevideu: EGAL, 2009. Disponível em:  
<[http://www.egal2009.easyplanners.info/area03/3088\\_Desiderio\\_Raphaela.doc](http://www.egal2009.easyplanners.info/area03/3088_Desiderio_Raphaela.doc)>. Acesso em: 20 jul. 2010.

DUTRA, Denecir de Almeida; OSÓRIO, Q.; CASSOL, R. Plano de proteção de aquíferos a partir de variáveis ambientais. **Ra'e GA**, Curitiba, v. 16, p. 129-148, 2008.

FERNANDES, Daniele. Peirce e Foucault: Signo estético e enunciado. In: **COGNITIO-ESTUDOS: Revista Eletrônica de Filosofia**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 1-9, 2007.

FILL, Heinz Dieter; SANTOS, I.; FERNANDES, C.; TOCZECK, A.; OLIVEIRA, M. Balanço hídrico da bacia do Rio Barigüi, PR. **Ra'e GA**, Curitiba, v. 9, p. 59-67, 2005.

FISCHER, Rosa. Foucault e a análise do discurso em educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, 2001. Disponível em  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742001000300009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000300009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2008.

FOLHA ONLINE. **Mercado editorial brasileiro cresce e fatura mais de R\$ 3 bilhões.** Publicado em 01 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u451063.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso.** 16.ed. São Paulo: Loyola, 2008b.

\_\_\_\_\_. Verdade e poder. In: **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 1-14.

FREITAG, Bárbara et al. **O livro didático em questão.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GALVÃO, Josias de Castro. Aspectos metodológicos dos discursos dos senadores cearenses e paraibanos sobre água e irrigação no semi-árido. **Mercator**, Fortaleza, n. 8, p. 27-46, 2005.

GARCIA, Hélio Carlos; GARAVELLO, Tito Márcio. **Geografia do Brasil: dinâmicas e contrastes.** São Paulo: Scipione, 1995.

GLOBAL WATER PARTNERSHIP. Disponível em: <<http://www.gwpforum.org/servlet/PSP?iNodeID=1345>>. Acesso em: 20 fev. 2009

GORAYEB, Adryane; LOMBARDO, M.; PEREIRA, L. Qualidade da água e abastecimento na Amazônia: o exemplo da bacia hidrográfica do Rio Caeté. **Mercator**, Fortaleza, n. 18, p. 135-157, 2010.

HENKES, Silvana Lúcia . **Cobrança pela utilização dos Recursos Hídricos: uma abordagem legal.** In: 7 Congresso Internacional de Direito Ambiental, 2003, São Paulo. Direito, Água e Vida. São Paulo : Imprensa Oficial, 2003. v. 2. p. 489-501.

HENKES, S.L. **Histórico legal e institucional dos recursos hídricos no Brasil.** 2003. Disponível em <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4146&p=>>>. Acesso em 26 jun. 2010.

HESPANHOL, I. . Um Novo Paradigma para a Gestão de Recursos Hídricos. **Estudos Avançados**, v. 22, p. 131-158, 2008.

IORIS, Antônio. Água, cobrança e *commodity*: a geografia dos recursos hídricos no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 25, p. 121-137, 2005.

KROEBER, Alfred. Lo superorganico. In: KAHN, Joel. **El concepto de cultura**. Barcelona: Anagrama, 1975. p. 47-83.

KROTZ, Esteban. Cinco ideas falsas sobre “la cultura”. In: KROTZ, Esteban et al. **Antropologia sobre cultura popular y indígena**. Cidade do México: CONACULTA, 2004a. p. 13-19.

\_\_\_\_\_. El concepto “cultura” y la antropologia mexicana: ¿una tensión permanente? In: KROTZ, Esteban et al. **Antropologia sobre cultura popular y indígena**. Cidade do México: CONACULTA, 2004b. p. 21-29.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LUCAS, Luciano Marin; CUNHA, S. Rede de drenagem urbana em área tropical: mudanças na morfologia do canal e níveis de poluição das águas - Rio dos Macacos - Rio de Janeiro - RJ. **Geosp - Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 22, p. 39-64, 2007.

LUCENA, Rebecca Luna; MENEZES, M.; SASSI, R. Qualidade da água de reservatórios nas distintas zonas climáticas da Paraíba. **Mercator**, Fortaleza, n. 14, p. 87-97, 2008.

MACHADO, William César Pollonio; BECEGATO, V.; BITTENCOURT, A.; CABRAL, J. Qualidade da água no Rio Conrado localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Pato Branco - Sudoeste do Estado do Paraná. **Ra'e GA**, Curitiba, v. 17, p. 53-64, 2009.

MAGNOLI, Demétrio; ARAÚJO, Regina. **Geografia**: a construção do mundo: Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2005.

MALTHUS, Thomas. **An essay on the principle of population, as it affects the future improvement of society with remarks on the speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, an other wirters.** Londres: St. Paul's Church-Yard, 1798. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

MAURO, Cláudio Antônio de; VITTE, A.; RAIZARO, D.; LOZANI, M.; CECCATO, V. Para salvar a Bacia do Piracicaba. **Terra Livre**, São Paulo, n. 8, p. 35-66, 1991.

MEDEIROS, Paulo César. A face oculta da privatização e os desafios da gestão social das águas no Estado do Paraná. **Ra'e GA**, Curitiba, v. 9, p. 117-130, 2005.

MESQUITA, Helena Angélica de. Onde estão as flores, as cores, os odores, os saberes e os sabores do cerrado brasileiro? O agro/hidronegócio comeu! **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 33, p. 17-30, 2005.

MORAES, Paulo Roberto. **Geografia geral e do Brasil.** São Paulo: Habras, 2001.

MOREIRA, Igor. **Geografia nova:** iniciação à Geografia. 6.ed. São Paulo: Ática, 1987.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. **Geografia geral e do Brasil:** espaço geográfico e globalização. São Paulo: Scipione, 2005.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral:** Para a crítica da Geografia que se ensina - I. Niterói - Rio de Janeiro: Edições AGB Niterói, 2004.

NAKATA, Hirome; COELHO, Marcos de Amorim. **Geografia geral.** 2.ed. rev. ampl. São Paulo: LED, 1986. 270 p. il.

NASCIMENTO, Rosemy; DUTRA, A.; FARIA, G.; LOCH, G. Educação Ambiental: uma prática de mobilização social. Tema - recursos hídricos. **Ra'e GA**, Curitiba, v. 3, p. 255-268, 1999.

OLIVÉ, Leon. Multiculturalismo y pluralismo. In: KROTZ, Esteban et al. **Antropologia sobre cultura popular y indígena.** Cidade do México: CONACULTA, 2004. p. 33-37.

PERELMAN, Michael. Malthus and the concept of natural resource scarcity. **Antipode.** Volume 11, número 2, 1979. Pp. 80-92.

PETRELLA, Riccardo. **O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial**. Petrópolis: Vozes, 2002.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**, São Paulo, n. 63, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452004000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 jun. 2008.

POMPEU, Cid Tomanik. **Regime jurídico da polícia das águas públicas: polícia da qualidade**. São Paulo: CETESB, 1976.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. "Navegar é preciso; viver não é preciso": estudo sobre o projeto de perenização da Hidrovia dos Rios das Mortes, Araguaia e Tocantins. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 167-212, 2000.

\_\_\_\_\_. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Luta pela Apropriação e Reapropriação Social da Água na América Latina**. 2008. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/leer.php/114>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Água não se nega a ninguém (a necessidade de ouvir outras vozes). In: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H (Org.). **Políticas públicas ambientais latino-americanas**. Brasília: Flacso-Brasil, Ed. Abaré, 2005. p. 115-144.

PORTO, Mônica e PORTO, Rubem. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos Avançados**, v. 22, p. 131-158, 2008. Pp. 43-60.

PRATES, Arlene; MANZOLLI, J.; MIRA, M. Hidrografia de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 69-76, 1986.

RIBEIRO, Wagner. **Geografia política da água**. São Paulo: Annablume, 2008.

RIO, Gisela; SALES, A. Os serviços de água e esgoto no Estado do Rio de Janeiro: regulação e privatização. **Geographia**, Niterói, v. 6, n. 12, p. 67-86, 2004.



ROBAINA, Luis Eduardo; PEREIRA, J.; FORMOSO, M. Caracterização da rede de drenagem e avaliação das condições sanitárias das águas do rio dos Sinos, no trecho entre os municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo-RS. **Geosul**, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 131-149, 2000.

RUHOFF, Anderson Luis; PEREIRA, R. Gestão de recursos hídricos em bacias hidrográficas: representações computacionais do ciclo hidrológico em sistemas de informações geográficas. **Geosul**, Florianópolis, v. 19, n. 38, p. 185-205, 2004.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 16, jun. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782001000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 ago. 2009.

SANT'ANNA, Fernanda Mello. Cooperação internacional e os recursos hídricos transfronteiriços: soberania e instituições internacionais. **Geosp - Espaço e Tempo**. São Paulo, Edição Especial, p. 183-210, 2009.

SANTOS, Silvio Coelho dos. A barragem de Ibirama e os índios. **Geosul**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 42-47, 1987.

SENRA, J.B., VILELLA, Wagner M.C., ANDRÉ, Marco A.S. **Legislação e política nacional de recursos hídricos**. Disponível em [http://www.upf.br/coaju/download/Dr\\_Joao\\_Bosco\\_Senra.pdf](http://www.upf.br/coaju/download/Dr_Joao_Bosco_Senra.pdf). Acesso em 26 jun. 2010.

SILVA, Clécio Azevedo da. Apontamentos teóricos para uma geografia econômica dos recursos hídricos. **Geosp - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 24, p. 137-149, 2008.

SILVA, José Tavares Neves da; NASCIMENTO, M. Contribuição ao estudo do balanço hídrico em Florianópolis. **Geosul**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 85-98, 1987.

SOUZA, Bartolomeu Israel de; SUERTEGARAY, D. Contribuição ao debate sobre a transposição do Rio São Francisco e as prováveis conseqüências em relação à desertificação nos Cariris Velhos (PB). **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 25, p. 139-155, 2005.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. O atual e as tendências do ensino e da pesquisa em Geografia no Brasil. In: **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: USP, n. 16, p. 38-45, 2005.

TORRES, Avaní Terezinha Gonçalves; VIANNA, P. Hidroterritórios: a influência dos recursos hídricos nos territórios do semi-árido nordestino. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 31, p. 145-162, 2008.

TYLOR, Edward. La ciencia de la cultura. In: KAHN, Joel. **El concepto de cultura**. Barcelona: Anagrama, 1975. p. 29-46.

UOL HOUAISS. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Disponível em <<http://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 8 jun. 2009.

VARGAS, Ramón. **Cultura y Democracia del Agua**. 2006. Disponível em: <<http://www.revistapolis.ch>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

VARGAS, Ramón; PIÑEYRO, N. **El Hidroscopio**. Montevideú: UNESCO-PNUMA, 2005.

VESENTINI, José William. **Brasil: Sociedade e espaço**. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e espaço: geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

VIANNA, Pedro Costa Guedes; FOWLER, R.; ZAPPIA, V.; MEDEIROS, M. Poluição das águas internas do Paraná por agrotóxicos. **Terra Livre**, São Paulo, n. 2, p. 149-152, 1987.

VLACH, Vânia. Fragmentos para uma discussão: método e conteúdo no ensino da Geografia de 1º e 2º graus. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 43-58, 1987.

## ANEXO A - Grupo dos sábios (conforme CAMDESSUS et al., 2005)

Sr. Michel Camdessus, ex-diretor geral do Fundo Monetário Internacional.

Sr. Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Omar Kabbaj, presidente do Banco Africano de Desenvolvimento.

Tadao Chino, Presidente do Banco Asiático de Desenvolvimento.

Jean Lemierre, presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

Peter Woicke, vice-presidente executivo da Sociedade de Financiamento Internacional, diretor do Banco Mundial.

Alassane Ouattara, ex-primeiro-ministro da Costa do Marfim, presidente do Instituto Internacional para a África.

Onno Ruding, vice-presidente do Citibank.

Moeen Qureshi, presidente da Sociedade para os Mercados Emergentes, ex-primeiro-ministro do Paquistão.

Angel Gurría, ex-ministro das finanças do México.

Makoto Utsumi, Centro Japonês para o Financiamento.

William Alexander, diretor geral da Thames Water.

Gerard Payen, diretor-geral da Suez, ex-presidente da Ondeo.

Bertrand Badré, diretor da Lazard Frères Co, representante do pessoal adjunto do presidente da república (da França) para a África.

Peter Eigen, presidente da Secretaria Internacional de Transparência Internacional.

Raymond Jost, secretário-geral da Secretaria Internacional para a água.

Rabi Narayanan, diretor da WaterAid.

James Harmon, presidente da sociedade Harmon & Co, ex-presidente do US Ex-Im Bank.

Ismael Serageldin, presidente da Biblioteca de Alexandria, ex-vice-presidente do Banco Mundial.

Abdulaziz Suliman Al-Turbak, deão da faculdade de engenharia da Universidade do Rei Saud.

### **Representantes dos órgãos padrinhos**

Margaret Catley-Carlson, presidente da Parceria Mundial para a Água.

William Crosgrove, vice-presidente do Conselho Mundial da Água.

Hideaki Oda, secretário-geral do 3º Fórum Mundial da Água.

### **Conselheiros, secretariado e administração**

Ivan Chéret, conselheiro.

Pierre-Frédéric Ténière-Buchot, conselheiro.

James Winpenny, secretário e relator.

Géraldine Jacob, secretária de Michel Camdessus.

Cécile Collas, escritório da Onu para os serviços ligados a projetos.

### **Especialistas cooptados**

Michel Wormser, Banco Mundial.

Jean-Pierre Djian, consultor.

Christopher Clement-Davies, Vinson & Elkins.

Jean-Paul Minette, Suez Environment.

Christian Deseglise, HSBC.